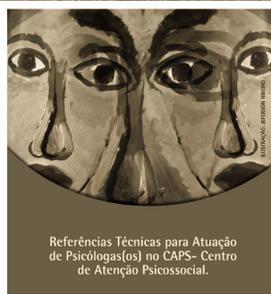
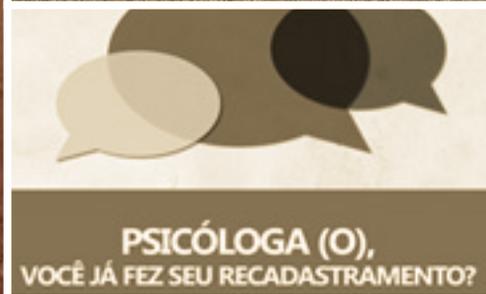




Fotos: João Campello e CRP 03



## UM ANO INTENSO PARA A PSICOLOGIA

14 PL DAS 30 HORAS  
DÁ MAIS UM PASSO  
NA CÂMARA

23 REVISÃO DO CÓDIGO  
PENAL: UMA ANÁLISE  
CRÍTICA

32 CREPOP LANÇA  
PUBLICAÇÃO SOBRE  
OS CAPS

---

# EXPEDIENTE

---

## XV PLENÁRIO

### DIRETORIA

Humberto Cota Verona  
*Presidente*

Clara Goldman Ribemboim  
*Vice-presidente*

Deise Maria do Nascimento  
*Secretária*

Alúzio Lopes de Brito  
*Tesoureiro*

### CONSELHEIROS EFETIVOS

Ana Luiza de Souza Castro  
Flávia Cristina Silveira Lemos  
Heloiza Helena Mendonça A. Massanaro  
Marilene Proença Rebello de Souza  
Monalisa Nascimento dos Santos Barros

### CONSELHEIROS SUPLENTE

Adriana Eiko Matsumoto  
Celso Francisco Tondin  
Cynthia Rejane Corrêa Araújo Ciarallo  
Henrique José Leal Ferreira Rodrigues  
Márcia Mansur Saadallah  
Maria Ermínia Ciliberti  
Mariana Cunha Mendes Torres  
Marilda Castelar  
Roseli Goffman  
Sandra Maria Francisco de Amorim  
Tânia Suely Azevedo Brasileiro

## PSICÓLOGAS CONVIDADAS

Angela Maria Pires Caniato  
Ana Paula Porto Noronha

## CONSELHEIRA RESPONSÁVEL PELO JORNAL

Ana Luiza de Souza Castro

## COORDENADORA-GERAL

Yvone Magalhães Duarte

## COORDENADORA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Denise de Quadros

## JORNALISTAS RESPONSÁVEIS

Cristina Bravo (MTB 494-4)  
Priscila D. Carvalho (MTB 35388)

## REPORTAGEM

André de Almeida  
Carolina Menkes  
Daniella Jinkings  
Flávia Medeiros  
Lívia Davanzo

## APOIO TÉCNICO

Marcos Nobre  
Pablo Emílio de Mattos  
Karla Pereira (Estagiária)

## DIAGRAMAÇÃO

Ideorama Comunicação

## ILUSTRAÇÃO

Ideorama Comunicação



# PAUTA EXTENSA NA PSICOLOGIA EM 2013

“Intolerância não”, escreveu a Psicologia no gramado da Esplanada dos Ministérios, em frente ao Congresso Nacional, em 10 de abril. A obra, de proporções monumentais, foi construída com 400 metros de tecido branco e idealizada pelo artista plástico goiano Siron Franco a convite do Conselho Federal de Psicologia. Fez parte das atividades do movimento Saúde+10, que marcou o Dia Mundial da Saúde.

O apoio à promoção de direitos humanos e a recusa a qualquer forma de atentado à dignidade do ser humano foram a tônica da atividade. Conectada com diversos temas que marcaram o debate público no Brasil neste início de 2013, a intervenção chamou atenção especial para o PL 7.663/10, em trâmite na Câmara dos Deputados. O texto pretende reformar a Lei de Políticas Sobre Drogas com aumento das penas para usuários de drogas ilícitas e para o tráfico. Aumenta possibilidades para internações involuntárias e compulsórias, e abre ainda mais espaço para comunidades terapêuticas sem criar dispositivos de fiscalização. Além disso, coloca as escolas como protagonistas da delação e do preconceito, pois lhes atribui a tarefa de notificar casos suspeitos de uso de drogas. A proposta está na pauta do plenário da Câmara dos Deputados e tramita em regime de urgência desde 12 de março, podendo entrar em votação a qualquer momento.

Em parecer, o Conselho compara o PL à política proibicionista da Lei Seca implantada nos EUA na década de 1920, que jamais reduziu o consumo de álcool. Ao contrário, incentivou uma gama de atividades ilícitas em torno do consumo e do tráfico – em um modelo de alto custo econômico e social, mas com baixíssima capacidade de resolver problemas.

A ideia de que criminalizar ajuda a resolver as questões da vida coletiva também está sendo discutida na entrevista sobre a reforma do Código Penal que ocupa cinco páginas deste jornal. Ela traz uma análise aprofundada sobre o significado das mudanças propostas na reforma, em conexão direta com diversos itens da pauta política da sociedade brasileira, entre eles a perspectiva sobre drogas. Nossa profissão está atenta aos debates da sociedade brasileira, ao mesmo tempo em que segue a cada dia construindo seu fazer.

## **A construção diária da Psicologia**

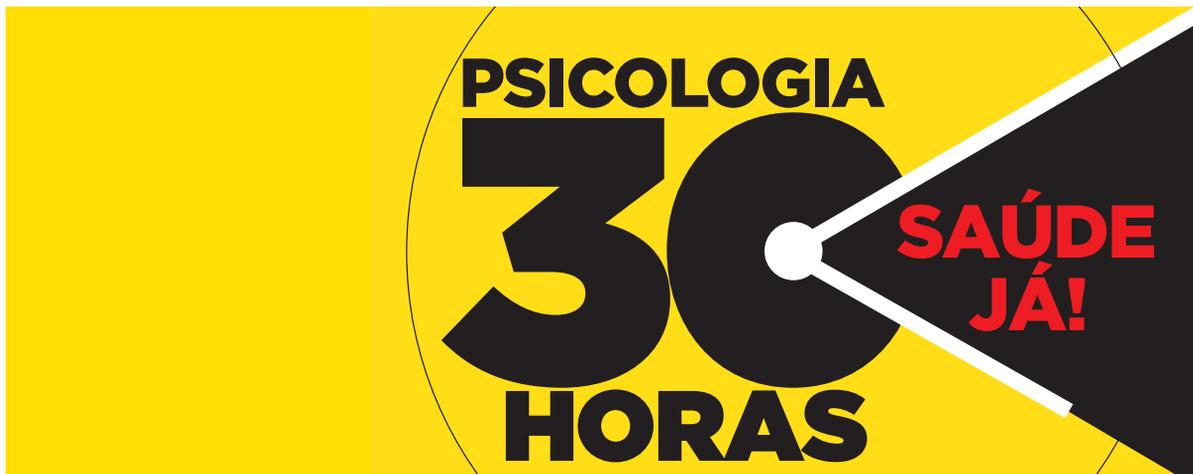
Eleições e a possibilidade de votar pela internet, o VIII Congresso Nacional de Psicologia (CNP) e a mobilização da categoria para definir linhas para o futuro da profissão. Essas são algumas das atividades da agenda da Psicologia em 2013. Elas não poderiam faltar nesta edição do Jornal do Federal. Reportagens especiais trazem os bastidores e a expectativa da categoria para esses momentos, além de traçar um panorama das atividades do CFP para este ano.

Desde o ano passado, mais de 5 mil psicólogas (os) envolveram-se na preparação para o CNP, marcado para acontecer entre 30 de maio e 2 de junho, em Brasília. Esse número aponta a consolidação do modelo de gestão democrática e participativa do Sistema Conselhos. Os pré-congressos foram espaços para pensar e repensar práticas de todas as áreas da Psicologia.

Em tempo: esta edição traz como novidade a publicação de um artigo, assinado pelo coordenador da Comissão Nacional de Direitos Humanos do CFP. É uma nova experiência para o Jornal do Federal, que nos últimos tempos trazia somente reportagens. Esperamos que esse novo espaço contribua para ampliar a reflexão sobre temas de nossa profissão neste veículo de comunicação.

Boa leitura!

**PL das 30 horas dá mais um passo na Câmara**



**05**

Em 2013, eleições para conselhos serão via internet ou correspondência

**07**

A potência do CNP: quase 5 mil psicólogas (os) elegem 1531 delegados regionais

**10**

Maranhão, Tocantins e Piauí têm novos Conselhos Regionais

**12**

Psicologia solidária em Santa Maria, RS

**14**

PL das 30 horas dá mais um passo na Câmara

**16**

Ato médico pode ser votado no Senado a qualquer momento

**19**

Atendimento de saúde à população trans ganha espaço no SUS

**22**

Artigo: Laicidade ainda que tardia

**23**

Revisão do Código Penal: uma análise crítica

**28**

Prêmio Ditadura Civil-Militar e Repercussões sobre a Psicologia como Ciência e Profissão

**30**

PePSIC está entre os melhores portais de artigos científicos do mundo

**31**

Psicologia ainda explora pouco as questões relativas à terra no país

**32**

Crepop lança publicação sobre os Caps durante seminário de Políticas Públicas, em Fortaleza

**34**

Agenda para 2013

**35**

Processos Éticos

**36**

Agenda

# Em 2013, eleições para conselhos serão via **internet** ou **correspondência**

Profissionais devem cadastrar-se e estar adimplentes para votar



**E**ste ano, a categoria vai eleger as novas gestões dos Conselhos Regionais e Federal de Psicologia. A eleição vai acontecer no dia da psicóloga (o), 27 de agosto, e traz uma novidade: a opção por votação pela internet, aprovada na Assembleia das Políticas, da Administração e das Finanças (APAF) do Sistema Conselhos.

Com isso, em 2013 haverá duas maneiras de votar: pela internet e por correspondência. Como nesse primeiro ano ainda será necessário consolidar o formato, haverá cidades com votação apenas por carta e outras com votação apenas pela rede mundial de computadores. “A modalidade mista proporciona a acessibilidade ao total de eleitores. Nessa primeira experiência de eleição por internet, decidiu-se por

separar as duas modalidades, demarcando nitidamente o grupo que votará por correspondência e o que votará por internet, pois entendemos que essa mudança deve ser feita de forma gradativa”, explica Deise Nascimento, presidente da Comissão Eleitoral Regular (CER). A intenção, segundo ela, é que no próximo pleito seja possível a realização paralela das duas modalidades em todos os municípios, permitindo ao eleitor a escolha do meio de voto.

A lista das cidades e suas modalidades de votação estará disponível no site das eleições 2013 ([www.eleicoespsicologia.cfp.org.br](http://www.eleicoespsicologia.cfp.org.br)). As dúvidas dos eleitores serão atendidas pelo telefone 0800 644 0175, habilitado para receber ligações de telefones fixos. A (o) psicóloga (o) que não votar deve justificar seu voto no prazo de até 60 dias após a data da votação na página [www.eleicoespsicologia.cfp.org.br](http://www.eleicoespsicologia.cfp.org.br).

## Como funcionará

### Nos municípios com votação somente pela internet

Quem tiver computador e internet em casa ou no trabalho poderá votar diretamente pela rede. Nessas cidades, os CRPs disponibilizarão posto de votação via web - acessível àqueles que não quiserem ou não puderem votar em equipamento próprio.

Para os que votarão na nova modalidade online, será preciso emitir, no site das eleições, uma senha que permite a participação no processo eleitoral.

A categoria poderá simular previamente o voto online por meio de um passo a passo disponível na página das eleições na internet.

A categoria poderá simular previamente o voto online por meio de um passo a passo disponível na página [www.eleicoespsicologia.cfp.org.br](http://www.eleicoespsicologia.cfp.org.br)

### **Nos municípios com votação somente por correspondência**

Nas cidades sem posto de votação online, os profissionais votarão, obrigatoriamente, por correspondência.

Nesses municípios, todos os profissionais – adimplentes e inadimplentes – receberão, com um mês de antecedência, a carta voto com as cédulas de votação, mas somente será computado como válido o voto dos adimplentes. A validação será realizada por meio de um código de barras impresso no envelope de cada carta voto, que será escaneado pela Comissão Eleitoral Regional, no ato da apuração.

### **Para votar, esteja em dia com a profissão!**

Para votar, as (os) psicólogas (os) precisam estar em dia com as anuidades dos exercícios anteriores. Também é necessário recadastrar-se para que o processo eleitoral possa ocorrer com sucesso. “O cadastramento possibilita àqueles que votarão por correspondência a atualização de endereço e o recebimento da carta voto. Para os que votarão na nova modalidade online, será preciso emitir uma senha no site das eleições. Os dados precisam estar rigorosamente atualizados para que o

sistema faça a correta identificação e emissão da senha”, ressalta Deise Nascimento.

Na votação pela internet, somente os adimplentes poderão gerar a senha no site das eleições. Após a data limite para geração de senha (confira o prazo no site das eleições), os profissionais que ainda estiverem inadimplentes devem procurar o Conselho Regional para regularizar seus débitos e a votação será realizada no posto aberto pelo CRP na cidade. No dia da votação, o presidente do posto irá gerar uma senha para o profissional, mediante documento de quitação da tesouraria do próprio Conselho.

### **Processo eleitoral**

O Conselho Federal é responsável por eleger uma Comissão Eleitoral Regular (CER) e uma Comissão Eleitoral Especial (CEE). Em conjunto, CFP e essas comissões coordenam o processo eleitoral.

Todas as decisões e ações devem ser baseadas na Resolução 015/2012, que aprova o regimento eleitoral, e no Manual de Votação pela Internet, ambos disponíveis no site do CFP. Todas as comissões eleitorais terão uma conta de email para tirar dúvidas sobre o processo eleitoral.

## **Conheça a composição das Comissões Eleitorais:**

### **Comissão Eleitoral Regular**

Deise Maria do Nascimento (Presidente e Membro Efetivo)

Heloiza Helena Mendonça Almeida Massanaro (Membro Efetivo)

Henrique José Leal Ferreira Rodrigues (Membro Efetivo)

---

### **Comissão Eleitoral Especial**

Nanci Soares de Carvalho (Presidente e Membro Efetivo)

Acácia Angeli dos Santos (Membro Efetivo)

Alexandra Anache (Membro Efetivo)

Maria Auxiliadora Arantes (Membro Suplente)

Polyana Marra Soares (Membro Suplente)

Niva Oliveira Hanazumi (Membro Suplente)

## A potência do CNP: quase 5 mil psicólogas (os) elegem 1531 delegados regionais

Categoria debate futuro da profissão de norte a sul do País

Em todo o Brasil, 4932 psicólogas e psicólogos das mais diversas áreas de atuação foram responsáveis por analisar e aprovar propostas que vão tornar-se diretrizes para as próximas gestões dos Conselhos Regionais e Federal de Psicologia. Elas foram debatidas durante os 202 pré-congressos, etapa que elege delegadas e delegados para os Congressos Regionais da Psicologia (Coreps). Nesses são definidas as ideias a ser debatidas e votadas no Congresso Nacional da Psicologia (CNP), marcado para acontecer de 30 de maio a 2 de junho, em Brasília (DF).

Nos pré-congressos, foram eleitos 1531 delegadas (os) para os Congressos Regionais (Coreps): 883 são psicólogas (os) de municípios do interior e 648 de capitais. Os Coreps foram realizados em abril. Em 2013, eles

ganharam novo formato: passaram a aprovar também diretrizes com foco local, para orientar o trabalho dos Conselhos Regionais nos próximos três anos.

Cada Conselho Regional traz ao Congresso Nacional no mínimo nove delegadas (os) – podendo chegar até 51, a depender do número de profissionais inscritos no regional e da quantidade de presentes nos Coreps e eventos precedentes. A realização dos congressos antes das eleições garante que as prioridades da autarquia para os próximos três anos sejam definidas pelo conjunto de psicólogas (os). Por isso é tão importante a participação de diversas áreas da profissão em todas as etapas. (Veja as etapas no gráfico).

“Participar de espaços decisórios como esses é extremamente

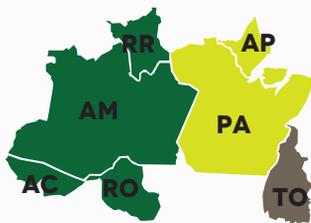
importante, pois estamos construindo a Psicologia, ampliando nossa atuação e propondo novas práticas”, reforça a psicóloga Cíntia de Souza Carvalho, que participou do pré-congresso “Práticas não-medicalizantes para profissionais de serviços de Educação e Saúde”, realizado no dia 5 de março, em Niterói-RJ.

“Discutimos quais as novas necessidades ou as antigas que ainda não atingimos para a profissão”, relatou a psicóloga Suenny Fonsêca de Oliveira, que participou do pré-congresso em Patos, na Paraíba. Segundo ela, vários colegas de outras cidades participaram do evento, que aconteceu nos dias 21 e 22 de fevereiro e reuniu cerca de 50 profissionais e estudantes para debater propostas regionais e nacionais.

## Veja como foi a participação nos pré congressos em cada Regional e delegadas (os) eleitas (os)



Entre delegados regionais, 883 vêm de cidades do interior e 648 de capitais



### Região Norte

	CRP	Profissionais*	Delegados**	Interior	Capital
	20	217	50	0	50
	10	166	53	7	46
	23	158	60	38	22



### Região Nordeste

	CRP	Profissionais*	Delegados**	Interior	Capital
	22	120	44	18	26
	21	58	21	3	18
	11	245	55	31	24
	17	134	50	10	40
	13	87	39	23	16
	2	128	58	25	33
	15	151	45	16	29
	19	37	15	0	15
	3	360	89	73	16



### Região Centro-Oeste

	CRP	Profissionais*	Delegados**	Interior	Capital
	1	95	63	41	22
	9	349	129	69	60
	18	65	33	25	8
	14	116	40	24	16



### Região Sudeste

	CRP	Profissionais*	Delegados**	Interior	Capital
	4	667	134	89	45
	16	139	39	22	17
	5	357	81	54	27
	6	426	178	114	64



### Região Sul

	CRP	Profissionais*	Delegados**	Interior	Capital
	8	354	144	106	38
	12	254	49	42	7
	7	249	62	53	9

\* Profissionais nos pré-congressos

\*\* Delegados eleitos - Total



Fonte: ascom CRP-04



Fonte: Gizele Martins



Fonte: ascom CRP-13

Minas Gerais, Rio de Janeiro e Paraíba, respectivamente - eventos preparatórios e pré-congressos mobilizam categoria de norte a sul do país.

### Um pouco do que se falou por aí!

Das mais diversas áreas de atuação das (os) psicólogas (os), saíram propostas que estão sendo debatidas nas etapas que antecedem o VIII CNP até chegar à fase nacional, onde as (os) delegadas (os) votarão aquelas que nortearão as ações das próximas gestões tanto do Conselho Federal quanto dos Regionais. É impossível fazer uma síntese dos debates antes dos Congressos Regionais e Nacional, mas o Jornal do Federal conversou com alguns profissionais e reuniu temas que já estão circulando país afora.

De Lajeado, interior do Rio Grande do Sul, vem a proposta de ampliar os espaços de discussão sobre a Psicologia na Educação. A atividade livre realizada na cidade avaliou como os profissionais da área estão atuando na região e identificou a necessidade de construir diretrizes que proporcionem mais entendimento sobre o papel da (o) psicóloga (o) nessa composição multidisciplinar.

Em São José do Rio Preto, interior de São Paulo, a proposta elaborada foi a de criar interlocução com o Judiciário para informar sobre o papel da Psicologia na Assistência Social. No debate realizado na região, foi apontada a necessidade de situar a (o) psicóloga (o) dentro da Assistência Social no papel que é de proteção e não de responsabilização.

Na mesma direção, o evento sobre políticas públicas realizado em São Paulo mostrou que é fundamental

que o Sistema Conselhos se aproxime das instituições do Sistema de Justiça e elabore documentos de orientação para outras categorias profissionais, informando sobre a atuação dos psicólogos (as).

A questão de gênero foi tema central de um dos eventos preparatórios realizados em Belo Horizonte. Nele, foi ressaltado que existe uma deficiência na formação universitária dos futuros profissionais em relação a temas de gêneros: eles só são estudados quando o aluno tem interesse e busca pelo tema, já que não fazem parte da grade curricular. Entre as propostas, está atuar para incluir o tema nos itens obrigatórios de formação profissional.

Outro ponto debatido na capital mineira foi a presença da Psicologia na rede de atendimento às mulheres vítimas de violência. A proposta que saiu desse debate foi a de garantir a presença de psicólogas (os) em espaços da rede, como delegacias da mulher, Centros de Referência e Atendimento à Mulher em Situação de Violência. A profissão pode garantir ações preventivas e não ficar restrita ao atendimento pós-violência.

Da roda de conversa sobre a “Saúde da População Negra e das Comunidades e Povos Tradicionais”, realizada na Bahia, foi apontada a necessidade de promover espaços que colaborem na implementação de estratégias que possam subsidiar a atuação da categoria no campo das relações raciais, bem como outras áreas que preservem e garantam os direitos humanos.

### Visite <http://cnp.cfp.org.br>

Tire dúvidas, conheça cada etapa, encontre textos de referência, acompanhe as novidades e deixe seu relato sobre a participação na construção do futuro da Psicologia.

Não há inscrições para o CNP, os participantes são delegadas (os) eleitas (os) nos Congressos Regionais da Psicologia (Coreps).

# Maranhão, Tocantins e Piauí têm novos Conselhos Regionais

Independência de regionais trará agilidade às ações e proximidade com psicólogos (as)

Processos e resoluções mais ágeis, união da categoria e maior autonomia nas decisões. Essa é a perspectiva para três estados do Brasil – Piauí, Maranhão e Tocantins – que agora terão seus próprios Conselhos Regionais de Psicologia (CRPs), os recém-nomeados CRP-21, CRP-22 e CRP-23. A decisão foi tomada durante a última Assembleia de Políticas, da Administração e das Finanças (APAF), que reuniu CRPs de todo o Brasil em dezembro de 2012.

Ao contrário do que muitos profissionais imaginam, o desmembramento não é imediato. Somente após as eleições nos Conselhos Regionais, em agosto, as novas sedes serão inauguradas. Para explicar este e outros pontos sobre o processo de desmembramento, além de dúvidas das (os) psicólogas (os), foram realizadas, no final de fevereiro e início de março deste ano, reuniões entre representantes do CFP, CRP e os profissionais de cada estado.

Três pontos principais foram abordados durante os encontros:



Crédito: CRP-11

Processo eleitoral do novo CRP do Maranhão é discutido com a categoria em reunião no início de março

a implantação da nova sede, a necessidade de mobilização da categoria nos Congressos Regionais da Psicologia (Coreps) para a construção de propostas que possam nortear a primeira gestão da região; e dúvidas em relação ao processo eleitoral, com explicações sobre quem pode participar e como são instituídas as chapas regionais. “Deixamos claro que a mobilização e a participação das (os) psicólogas (os) da região é que vai determinar a qualidade dos trabalhos do novo regional”, relatou a conselheira e representante do CFP nas reuniões, Monalisa Barros.

Juliana Marinho foi uma das psicólogas participantes da reunião em Palmas (TO), que contou

com o número expressivo de 34 profissionais. Para ela, este é um momento histórico, mas também delicado. “Este é um momento delicado de transição, que precisa de seriedade, ética, transparência e maior participação da categoria”, acredita. O presidente do CRP-09 (que agora abrange o Goiás), Wadson Arantes, explica que apesar do termo “desmembramento”, a relação entre o novo Conselho Regional no Tocantins e o CRP-09 será totalmente harmoniosa. “Como era desejo dos psicólogos do Tocantins, é um processo muito tranquilo, de integração. Nós, do CRP de Goiás, vamos fazer um convênio com o CFP para dar apoio e sustentação ao amadurecimento do CRP-23”.



Crédito: CRP-11

Em reunião com os futuros Conselhos, o CFP destacou importância da participação dos profissionais da região no processo.

### **Proximidade com psicólogas (os) da região**

Entre as diversas vantagens que a instalação do novo CRP traz aos profissionais, estão o atendimento a demandas locais, a celeridade na solução de problemas e condições mais favoráveis para orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício da profissão no estado.

Para a presidente do CRP-11 (que passa a abranger o Ceará), Adriana de Alencar, a criação dos novos CRs significa aproximação dos Conselhos às (aos) psicólogas (os) que os integram, atendimento às diversas necessidades da sociedade local, além de maior autonomia administrativa, política e financeira.

Ela lembrou ainda que o desmembramento dos três CRPs está sendo feito em uma conjuntura especial, no mesmo ano do Congresso Nacional da Psicologia (CNP), que é antecedido por eventos preparatórios e Coreps - onde são eleitos os

delegados do CNP. “Nas reuniões foi ressaltada a importância da participação das (os) psicólogas (os) nos pré-congressos e Coreps para que a gestão seja realmente representativa”, afirmou.

A coordenadora da seção do Piauí (futuro CRP-21), Palônia de Andrade, destacou que o estado já acumulava 19 anos de organização política e mobilização da categoria pela criação de um CRP próprio - tem atualmente mais de 1500 psicólogas (os) adimplentes que trabalham em todas as áreas da Psicologia.

Kiria Martins, psicóloga do sul do Maranhão, participou da reunião em seu estado e acredita que o desmembramento vai contribuir, principalmente, para ressaltar a identidade da região. O contato presencial para busca de informações sobre a profissão será outra vantagem, acredita a psicóloga Kellia Souza, do Tocantins, estado que já conta com três cursos de Psicologia.

“Em alguns momentos, não só eu, mas muitas colegas, sentimos dificuldades de obter informações, tirar dúvidas sobre a atuação e sobre o código de ética com o CRP, pois o contato se dava somente por telefone e e-mail”, relatou.

Segundo Wadson, atual presidente do CRP-09, a proximidade realmente vai fazer diferença para as (os) profissionais. “A sede de Goiás fica a mil quilômetros de distância e com a nova sede esperamos que tenham um melhor atendimento. Mesmo tendo melhorado o trabalho no Tocantins, a distância dificulta a fiscalização”.

### **Próximos passos**

Os três estados em processo de desmembramento têm juntas eleitorais até as próximas eleições, em agosto, quando suas plenárias serão escolhidas pela categoria. Os novos Conselhos Regionais serão instalados em setembro de 2013, quando ocorrerá a posse do seu primeiro Plenário, em dia a ser fixado pelo CFP em conjunto com o CRP de origem.

As psicólogas e os psicólogos inscritos nos atuais Conselhos Regionais de Psicologia de seus estados serão automaticamente transferidos para os novos CRPs na data de sua instalação. Deverão comparecer à sede do novo CR para fazer a troca da carteira profissional antiga pela nova, quando será entregue também o novo número de registro profissional. Os novos Regionais terão jurisdição no estado todo e sede na respectiva capital.

## Psicologia solidária em Santa Maria, RS

Atendimento continuado de familiares, amigos e sobreviventes é o foco das (os) psicólogas (os) após tragédia em boate

**N**a manhã do dia 27 de janeiro, o Brasil acordou mais triste. Um incêndio na boate Kiss, em Santa Maria, interrompeu a vida de mais de 240 jovens e deixou cerca de 140 feridos. Desde o dia do incêndio, mais de 200 psicólogas (os) voluntárias (os) atuaram diuturnamente para acolher familiares, sobreviventes, equipes de saúde e de segurança pública atingidas pela tragédia.

O Código de Ética do Psicólogo estabelece que faz parte do dever ético-profissional “prestar serviços profissionais em situações de calamidade pública ou de emergência, sem visar benefício pessoal” (Art.1º, item d). Foi com esse ímpeto que André Luiz Loro Reppetto, que atua em Santa Maria, voluntariou-se.

“Cheguei segunda-feira de manhã ao Centro Desportivo Municipal. A princípio, participei de várias frentes diferentes de trabalho: demandas no Centro, atendimento domiciliar. Agora, comecei também a atender na parte clínica, recebendo as pessoas no local que foi montado aqui no Centro de Atenção Psicossocial”, disse Reppetto.

Meses após o incêndio, o trabalho dos profissionais de Psicologia continua sendo essencial para a população de Santa Maria.



Foto: Wilson Dias/ABR

Passeata em homenagem às vítimas em Santa Maria reuniu milhares de pessoas: movimentos solidários ajudam a superar a dor.

O universitário de Ciências da Computação da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Pablo Mahmud, perdeu 10 amigos na tragédia. Mesmo sofrendo, teve forças para reunir 16 colegas e fundar a Associação Anjos Heróis. “Estamos agregando forças. Estamos atuando na conversa com mediadores, vendo como está sendo criada a CPI, como vão ser as leis a partir de agora. Além disso, queremos que a fiscalização não seja apenas em boates, mas em qualquer tipo de atividade”, disse.

Para Pablo, o papel da Psicologia foi e continua sendo fundamental para os moradores de Santa Maria. “Nós, da Associação, procuramos

ajuda psicológica. Fui ver o trabalho dos psicólogos no centro e vi diversos pais [de vítimas]. Isso é positivo, pois as famílias estão procurando ajuda. A tragédia abalou a estrutura da cidade, todos estão muito sensibilizados”, disse

### A atuação das (os) psicólogas (os)

Logo no primeiro dia após a tragédia, os profissionais foram divididos em equipes, atuando no amparo aos familiares desde a ajuda na identificação dos corpos até o momento da aceitação da perda. Segundo a presidente do CRP-07, Loiva Leite, a Subsede Centro-Oeste - que fica em Santa Maria - centralizou as informações

e recebeu cadastro de psicólogas (os) e clínicas que disponibilizaram tratamento gratuito para familiares, sobreviventes, equipes de saúde e de segurança pública. “Nosso objetivo foi dar apoio e suporte nesse momento de luto, de modo que eles pudessem ter um pouco mais de conforto”.

Além dos familiares e amigos das vítimas, outras pessoas envolvidas na tragédia, como professores, cozeiros, taxistas e profissionais de segurança pública também passam por período de luto. Segundo a conselheira do CRP-07, Fátima Fischer, a Psicologia se preocupou em desenvolver um trabalho voltado também para o sofrimento dessas pessoas. “Vários movimentos solidários precisam estar presentes nessa cidade, no país, que sejam capazes de incidir sob esse luto coletivo”, avalia.

A jovem Associação Brasileira de Psicologia em Emergências e Desastres (Abrapede), criada em 2011, atuou na tragédia de Santa Maria com apoio do CFP. Trabalhou ao lado do Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul (CRP-07), da Cruz Vermelha e da Secretaria Municipal de Saúde na capacitação de voluntários. A missão da Abrapede é promover mudanças na sociedade que busquem atenuar o sofrimento originado por emergências e desastres, além de cuidar dos envolvidos ou afetados por tais situações. Sua presidente, Rosana Dório, acompanhou de perto os desdobramentos da tragédia. “A morte é vista pela percepção social como injusta e isso abala



Foto: Agência Brasil

Amigos e familiares das vítimas do incêndio na Boate Kiss pedem justiça durante passeata pela cidade.

toda a comunidade. É um luto de muito impacto tanto no setor privado quanto na esfera pública. A sociedade tem responsabilidade nessa situação”, disse Rosana.

O CRP-07, juntamente com a Abrapede, também está supervisionando e dando suporte ao atendimento em consultórios que estão acompanhando gratuitamente sobreviventes, familiares e envolvidos no acidente. As supervisões são feitas no próprio CRP-07 e usando ferramentas de comunicação pela internet. A lista de clínicas e profissionais pode ser acessada em <http://www.crprs.org.br/santamariaespecial.php>.

### Trabalho continuado

A prefeitura de Porto Alegre criou, em janeiro, um Centro de Hospitalidade destinado a apoiar familiares das vítimas, após muitas delas terem sido transferidas para a capital do estado. Ali, foi criado também um núcleo de capacitação continuada para profissionais da Psicologia que se voluntariaram para atuar no Centro. Os voluntários

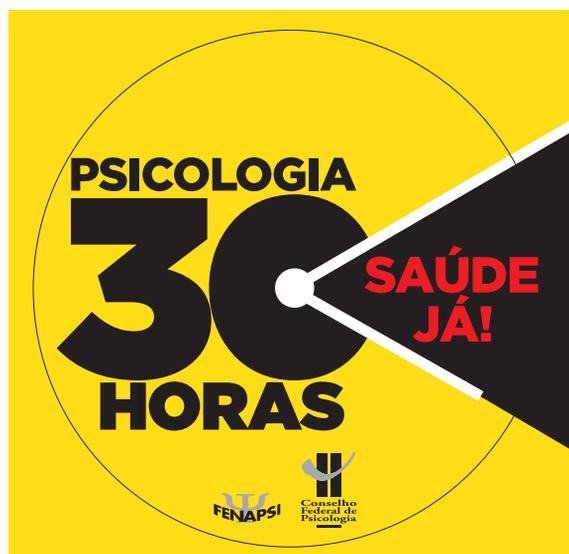
passam por uma oficina de sobre primeiros socorros psicológicos, na qual são orientados sobre as reações comuns às pessoas que sofrem com a perda de entes queridos em situações de desastre.

De acordo com a diretora da Abrapede, Mariana Paranhos, faz parte do trabalho desmistificar a questão do estresse pós-traumático e das patologias. “Não tem como verificar patologias nesse momento, uma vez que neste momento muitas das manifestações que estão ocorrendo entre as pessoas afetadas são normais e esperadas”, avalia.

As oficinas são coordenadas por representantes Abrapede, do Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul (CRP-07), da Cruz Vermelha, do Núcleo de Estudos e Pesquisa em Trauma e Estresse (NEPTE – PUCRS), da Sociedade de Psicologia do Rio Grande do Sul e da Secretaria Municipal de Saúde. As atividades também são acompanhadas por um representante do Ministério da Saúde.

## PL das 30 horas dá mais um passo na Câmara

Novo relator foi designado em 11 de abril.  
Pressão da Psicologia continua!



Há cinco anos tramitando no Congresso Nacional, o PL 3338/2008, mais conhecido como PL das 30 horas, é um dos projetos mais esperados pela categoria. Ele prevê a redução da jornada dos profissionais de Psicologia para no máximo 30 horas semanais. O Conselho Federal de Psicologia (CFP), junto com a Federação Nacional dos Psicólogos (Fenapsi), vem atuando em defesa do projeto.

A nova carga horária contribuirá para a qualidade de vida de psicólogos e psicólogas e equipara a profissão a outras da área da saúde que já obtiveram a regulamentação das 30 horas, tais como assistentes sociais, fisioterapeutas e terapeutas ocupacionais. “A (o) psicóloga (o) assume o manejo de grandes sofrimentos psíquicos e isso tem um reflexo no seu dia a dia e no seu desempenho profissional”, explica a conselheira Monalisa Barros.

Para a presidente da Fenapsi, Fernanda Magano, este é um momento estratégico, pois acaba de ser designado novo relator para o PL: o Dep. Manoel Junior (PMDB-PB) na Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados, a CFT. Ela espera que a matéria entre na pauta de votação ainda neste semestre. “Vamos continuar fazendo a divulgação do manifesto e acompanhar a entrada do PL na pauta”, destacou.

De acordo com Fernanda, o apoio das (os) psicólogas (os) e do Sistema Conselhos de Psicologia é muito importante para uma construção conjunta da categoria. “A presença do CFP nas discussões ajuda a mostrar força. Precisamos mobilizar a maior quantidade de profissionais da Psicologia possível para aprovarmos logo o PL”, disse a presidente da Fenapsi. Após passar pela Comissão de Finanças, o projeto segue para a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). O PL está em tramitação conclusiva: caso nenhum deputado solicite análise pelo Plenário da Câmara dos Deputados, ele vai, enfim, à sanção presidencial. (Veja box sobre tramitação)

Segundo a conselheira do CFP, Monalisa Barros, ainda que as lutas por melhores condições de trabalho sejam tradicionalmente sindicais, as reivindicações - incluindo a das 30 horas - mobilizam o Conselho por serem relevantes para a qualidade dos serviços prestados à sociedade. “O papel do Conselho Federal é o de orientar e fiscalizar o trabalho da Psicologia para garantir a qualidade dos serviços oferecidos à população”, afirma a conselheira.

## Tramitação: PL já passou por todas as comissões que avaliam seu mérito

O PL das 30 horas foi apresentado ao Plenário da Câmara em abril de 2008 pelo deputado federal Felipe Bornier (PSD/RJ) e ganhou a nomenclatura PLC nº 150. Manifestos do CFP e da Fenapsi e audiências públicas marcaram a tramitação, entre maio de 2008 e julho de 2009, quando foi remetido ao Senado Federal.

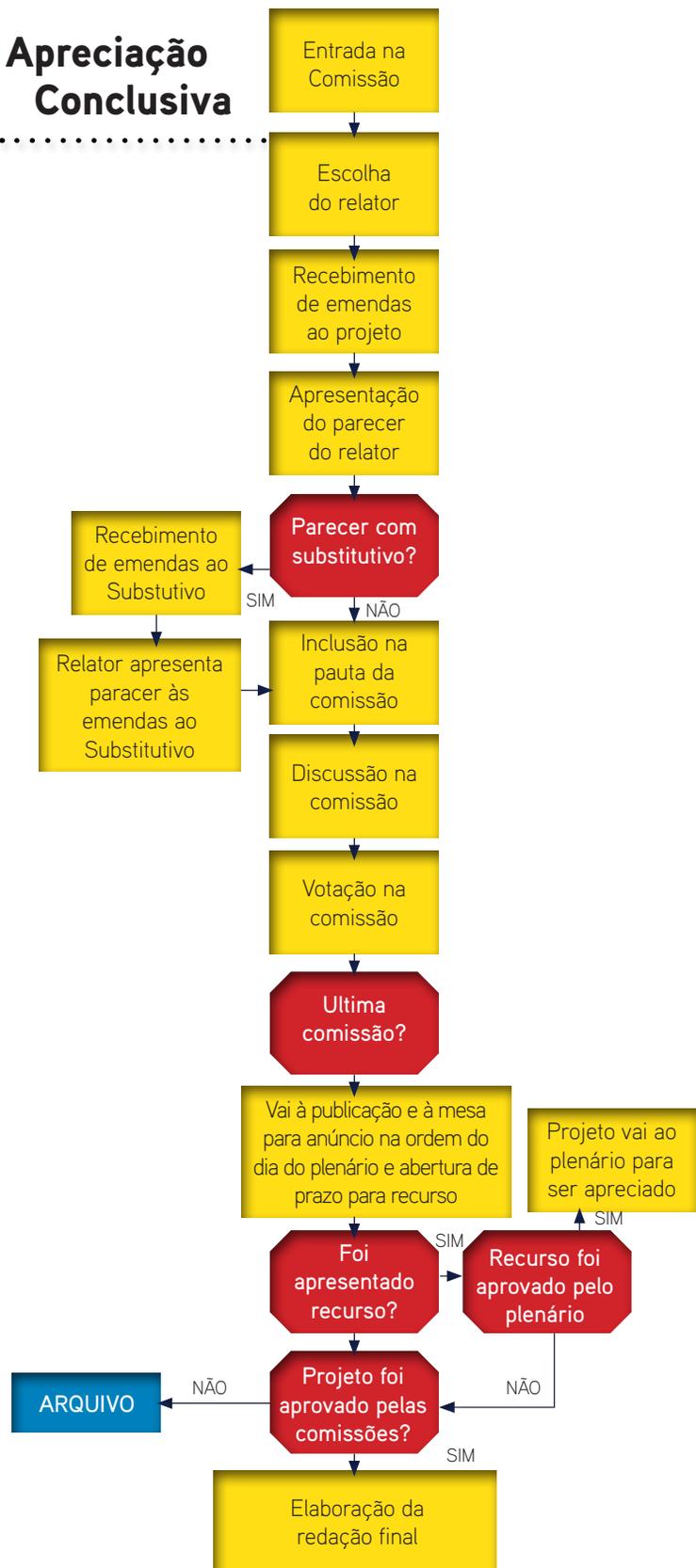
Em agosto de 2011, o CFP, a Fenapsi e o Sindicato dos Psicólogos de São Paulo participaram de uma audiência pública no Senado para discutir o projeto de lei. Após ser aprovado pela Comissão de Assuntos Sociais do Senado, o projeto passou a ser identificado pelo número 3338/2008, que permanece até hoje. O texto contém emenda substitutiva da então senadora Marta Suplicy (PT/SP) que, além de determinar as 30 horas, estabelece que a eventual redução de jornada não deverá acarretar redução da remuneração.

O PL retornou à Câmara dos Deputados em setembro de 2011. Desde março de 2012 tramita por diversas comissões – sempre com a presença dos Conselhos, Federação e sindicatos.

Em dezembro de 2012, o projeto de lei foi aprovado pelas comissões de Educação e Cultura e Assuntos.

O PL já passou por todas as comissões encarregadas de avaliar seu mérito. Ainda precisa ser aprovado pela Comissão de Finanças e Tributação (CFT) – que analisa seu impacto nas contas públicas – e pela Comissão de Constituição e Justiça e da Cidadania (CCJ). Depois disso, entra na Ordem do Dia do Plenário e, se não receber nenhum recurso, é aprovado diretamente, pois tramita em caráter conclusivo.

## Apreciação Conclusiva



# Ato médico pode ser votado no Senado a qualquer momento

## Apesar da falta de consenso, PL caminha no Congresso

Após mais de dez anos de discussões e mobilização, as profissões da saúde continuam questionando o conteúdo do Projeto de Lei 268/02, o substitutivo da Câmara dos Deputados conhecido por PL do Ato Médico, que regulamenta o exercício da Medicina. Em 2013, o PL corre o risco de ser aprovado no Plenário do Senado Federal. Na opinião do CFP, não há consenso sobre o texto e a tramitação não leva em conta as diversas demandas e mobilizações das categorias e entidades profissionais da saúde em todo o país.

Em dezembro de 2012, o Projeto de Lei foi aprovado

pelos comissões de Educação e Cultura e Assuntos Sociais do Senado Federal. O Jornal do Federal enviou perguntas aos 16 líderes dos partidos do Senado Federal e somente quatro – PT, PSB, DEM e PCdoB - retornaram. Desses quatro, apenas o DEM posicionou-se de forma definitiva a respeito do PL do Ato Médico. Segundo seu líder, o senador José Agripino Maia (RN), a bancada irá votar pela aprovação da proposta da forma como se encontra, “por ter esgotado todos os caminhos possíveis”. Os outros três partidos não deram posicionamento definido ou disseram não ter encaminhado o assunto com suas bancadas.

### Dez anos de mobilização

Desde que o Projeto de Lei do Ato Médico foi apresentado pela primeira vez no Senado Federal, em 2002, o CFP mobiliza-se e organiza a categoria para que o PL não seja aprovado. O texto atual restringe a atuação dos outros profissionais da Saúde e cria uma hierarquização em detrimento da multidisciplinaridade consagrada pelo SUS. Ao longo deste período, conjuntamente com os Conselhos Regionais e outros conselhos da saúde, o CFP participou de inúmeras manifestações:

**2003:** CFP apresentou moção de repúdio ao PL na 12ª Conferência Nacional de Saúde. Audiência pública no Senado.

**2004:** Manifestações em capitais brasileiras



Ainda em 2004 foi realizada uma grande manifestação em Brasília, que se estendeu para diversas capitais e reuniu mais de 50 mil pessoas contra o Ato Médico.

## Problemas

A restrição à liberdade de atuação dos profissionais de saúde é uma das principais preocupações caso o PL seja aprovado da forma como se encontra, já que o texto define que somente os médicos podem diagnosticar doenças e definir tratamentos. “Isso fere a autonomia das pessoas em buscar diretamente o atendimento com os profissionais da saúde, pois terão antes que receber diagnóstico e prescrição terapêutica do médico para daí serem atendidas pelas outras 13 profissões. Não estamos contra a regulamentação da Medicina, mas queremos um fazer interdisciplinar”, defende o presidente do CFP, Humberto Verona.

O impacto desse dispositivo sobre o dia a dia da população será enfrentar uma fila a mais no SUS ou pagar uma consulta a mais, no caso de atendimentos particulares. Outro ponto questionado pelo CFP é a pretensa qualificação do médico para fazer o diagnóstico e a prescrição terapêutica em todas as áreas da saúde, visto que o processo saúde-doença é multideterminado. Os psicólogos José Cardoso, de Osasco (SP), e Bianca Louise, de Curitiba (PR), também se indignam com a interferência da Medicina nas demais profissões. “Os médicos têm a especialidade deles e nós temos a nossa. Eles podem contribuir, mas não definir o que podemos ou não fazer”,

diz Cardoso. “Mesmo na Psicologia, cada especialidade tem sua delimitação e espaço”, complementa Bianca.

## Mobilize-se!

Com a proximidade da votação em plenário, o chamado para a mobilização se intensifica. Segundo o conselheiro do CFP Celso Tondin, que representou a autarquia em reuniões e audiências sobre o tema, a luta contra a aprovação do texto do Ato Médico não vai parar. “A proposta contraria os princípios básicos do Sistema Único de Saúde, modelo baseado no atendimento universal, igualitário e integral, por equipes multiprofissionais. Por isso continuamos mobilizados e chamamos todos a se movimentarem para evitar a aprovação do projeto do jeito que está”, convidou.

**Divulgue os vídeos e mensagens questionando o PL do Ato Médico em suas redes sociais, promova debates e discussões! Os profissionais da saúde e a sociedade precisam estar juntos na defesa de uma saúde pública compartilhada por todos os profissionais da área!**



Em 2010, atos foram realizados em diversos estados do País, como é o caso de Florianópolis (SC) (acima) e Natal (RN) (abaixo).

reuniram mais de 50 mil pessoas contra o Ato Médico. Um milhão de assinaturas entregues ao presidente do Senado, José Sarney. Cartilha e site “Não ao Ato Médico”. Sistema de envio de mensagens por email aos senadores.

**2005:** No Dia Mundial da Saúde (7/4), Conselhos Federais de Saúde de todo o Brasil realizaram manifestação em Goiânia (GO). Carta aberta entregue à relatora do projeto, sen. Lúcia Vânia (PSDB-GO), por 86 entidades da saúde.

**2006 e 2007:** Diversas audiências públicas.

**2009:** Manifesto leva à Presidência da República, senadores, deputados e ministérios preocupações com desrespeito a princípios do SUS.

**2010:** Manifestações reúnem 20 mil pessoas no Ibirapuera, SP, e mais milhares em Florianópolis (SC), Fortaleza (CE) e Natal (RN). No final do ano,



Presidente do CFP e representantes de outras profissões de Saúde recebidos pela senadora Marta Suplicy, que se comprometeu a atuar pela não aprovação do PL.



Frente dos Conselhos Profissionais da área da Saúde se uniu em Brasília durante Mobilização Nacional contra o Ato Médico, em maio de 2012.

o presidente do CFP reúne-se com José Sarney no Senado.

**2011:** Audiência pública na Comissão de Constituição Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado. Dois meses depois, senador Antônio Carlos Valadares (PSB) apresentou parecer pela aprovação do projeto com alterações, mas em razão de um pedido de vistas coletivo, no dia 21 de dezembro, retirou a matéria de pauta.

**2012:** A CCJ do Senado aprovou, no início de 2012, o PL do Ato Médico. Audiência Pública na Comissão de Educação do Senado Federal: CFP solicitou entrada do Ministério da Saúde no tema. Em maio, mais de mil manifestantes na Mobilização

Nacional contra o Ato Médico, organizada pela Frente dos Conselhos Profissionais da Área da Saúde. Senadores Marta Suplicy e Zezé Perrella, contrários ao PL, comprometem-se a articular pela não aprovação.

**27 de novembro:** Pedido de vista por parte do senador João Capiberibe (PSB-AP). Em dezembro, CRPs e CFP solicitam audiência pública na Comissão de Assuntos Sociais, para esclarecer pontos nunca consensuados. Reunião com sen. Romero Jucá (PMDB-RR) evita votação em regime de urgência. PL aprovado pelas comissões de Educação, Cultura e Esporte e de Assuntos Sociais do Senado Federal.



# Atendimento de saúde à população trans ganha espaço no SUS

## Sensibilização de gestores e trabalhadores ainda é desafio importante

Construir diretrizes éticas e técnicas para a categoria sobre o processo transexualizador e sobre as questões da transexualidade é o objetivo de uma nota técnica que está sendo construída sob a coordenação do CFP, com a participação de conselheiros regionais de Psicologia, consultores *ad hoc*, movimentos e organizações da sociedade civil. O documento deverá ser publicado ainda neste semestre.

Para o presidente do CFP, Humberto Verona, a Psicologia tem o desafio de atuar para garantir à população trans o respeito à dignidade e o acesso aos serviços públicos de saúde. “Faz parte da nossa obrigação combater todas as formas de discriminação e retrocesso no reconhecimento de todas as sexualidades. Precisamos retirar o estigma de que essa orientação configura uma doença”, observa.

Os subsídios para a elaboração da notatécnica vieram do seminário “Identidades Trans e Políticas Públicas de Saúde: Contribuições da Psicologia”, realizado em 14 de março, em São Paulo. O evento traçou um panorama importante sobre o atendimento psicológico às travestis e transexuais

na rede pública de saúde. A necessidade de mudanças por meio do acolhimento adequado, com orientação e um olhar voltado para a despatologização da transexualidade foram temas recorrentes ao longo do seminário.

De acordo com a vice-presidente Trans da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT), Keila Simpson, em relação à identidade trans, o Brasil é semelhante a outros países. “A realidade deles é a mesma nossa. Parece que é uma população invisível”, destaca.

### Atendimento

A forma como a população trans está sendo atendida pelos psicólogos nas unidades de saúde também foi tema no seminário sobre identidades trans. Segundo a psicóloga Sandra Spósito, doutoranda em Psicologia pela Universidade Estadual Paulista (Unesp), as concepções médicas que regem o Sistema Único de Saúde (SUS) não respeitam a questão de gênero, enxergando pessoas trans como doentes. “A Psicologia tem tido dificuldade em questionar esse papel”, alega.

Na opinião da psicóloga Tatiana Lionço, doutora em Psicologia pela Universidade de Brasília (UnB), a

avaliação psicodiagnóstica atual viola a autonomia do sujeito ao considerá-lo portador de patologia. “É uma identidade adquirida, na qual a pessoa tem autonomia para se identificar como homem ou mulher, sem obedecer à ordem binária”, analisa. “Para uma avaliação correta, seria preciso avançar na capacitação dos profissionais, especialmente aqueles que atuam nos Centros de Referência”, completa.

A despatologização da identidade trans é um procedimento que consta em documentos internacionais, como o Guia de Boas Práticas para a Atenção Sanitária a Pessoas TRANS, da Espanha. A expectativa, segundo Lionço, é que, em 2015, na revisão da classificação internacional de doenças, a Organização Mundial de Saúde (OMS) adote este mesmo conceito em relação ao tema.

### Procedimento cirúrgico

Os critérios de entrada de pessoas no processo que leva à cirurgia de mudança de sexo são outro item discutido por equipes multiprofissionais formadas por psicólogos, psiquiatras e assistentes sociais. O processo de avaliação psicológica leva, em média, dois anos para ser concluído. É um período difícil.

Saúde.

Cuidado.

Diversidade.

Há resistência ao atendimento e desistências. Nem sempre o contato com profissionais de saúde ocorre sem tensões. E há a questão do tempo que se leva até chegar ao procedimento cirúrgico.

No ambulatório do Hospital das Clínicas de São Paulo, por exemplo, cerca de 600 pessoas aguardam para realizar a avaliação com o intuito de realizar a cirurgia. “Aproximadamente 70% do público é composto por mulheres trans”, conta a psicóloga Judit Busanello, diretora do ambulatório do Centro de Referência e Treinamento em DST/AIDS. Segundo ela, o centro clínico realiza 12 cirurgias por ano.

#### **Limites e possibilidades**

Para a psicóloga Daniela Murta, doutora em Saúde Coletiva pelo Instituto de Medicina Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UERJ), a atividade psicológica neste contexto precisa ser marcada pelo acolhimento e orientação. “Nosso dever é promover a saúde e a atenção àqueles que procuram os serviços de saúde”, avalia.

Em relação aos limites e possibilidades da Psicologia sobre a identidade trans, a psicóloga, psicanalista e doutora em psicologia clínica pelo Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (USP), Patrícia Porchat, ressaltou que, em um primeiro

momento, a psicanálise deve ser posta em contato com a realidade trans e ser questionada sobre a construção de gênero em geral.

“O primeiro limite de atuação do psicanalista é a concepção do que significa o outro. É importante essa noção de sujeito para despir os preconceitos, as crenças”, diz Porchat. “Acreditar apenas no masculino e feminino engessa o pensamento para trabalhar com identidades trans. A Psicologia deve construir uma forma de desmontar isso na cabeça das pessoas, o que simboliza um novo e contínuo trabalho”, finaliza a psicóloga.

#### **Série de vídeos sobre a Psicologia e as sexualidades**

Além do seminário e da nota técnica, outras iniciativas virão, como a construção de uma série de vídeos sobre a Psicologia e as Sexualidades. “O objetivo

é potencializar a reflexão da profissão sobre as questões que envolvem as sexualidades na perspectiva dos Direitos Humanos”, observa o conselheiro do CFP, Celso Tondin.

A realização do seminário foi fruto de parceria entre o

Conselho Federal de Psicologia (CFP), do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo (CRP-06) e do Espírito Santo (CRP-16), a partir de uma deliberação da última reunião de presidentes de Conselhos Regionais, realizada em dezembro de 2012.

## **Nome social no SUS: um passo importante. Desafio agora é sensibilizar trabalhadores**

A partir da inclusão do nome social de pessoas com identidades trans no Cartão Nacional de Saúde, no lugar do nome de registro civil, a sociedade brasileira dá um passo importante para superar preconceitos e discriminações. A mudança, promovida pelo Ministério da Saúde (MS), é uma reivindicação antiga de movimentos LGBTTT, e tem o objetivo de reduzir o estigma que as populações trans enfrentam por meio do acesso à saúde de forma humanizada.

Por conta do preconceito, da humilhação e da discriminação, muitas travestis e transexuais haviam deixado de procurar as unidades de saúde. “Essa situação tornou o automedicamento ou medicalização por indicação de terceiros quase uma unanimidade”, afirma a presidente da Articulação Nacional das Transgêneros (Antra), Cris Stefanny.

Para a conselheira do CFP, Ermínia Ciliberti, a iniciativa do ministério, que conta com o apoio do CFP, atende a uma reivindicação das organizações da sociedade civil e contribui para promover o respeito à diversidade. A ação é uma aliada no combate à violência transfóbica e reconhece a saúde como um espaço de cidadania.

“A ação foi fundamental, mais uma vitória para as travestis e transexuais, por ser uma colheita de muitos anos de luta para que houvesse esse reconhecimento”, comemora Stefanny. No entanto, para ela, essa iniciativa é só o começo: “precisamos atingir outras esferas públicas e camadas sociais para que o ganho seja completo”.

Depois da inclusão do nome social de pessoas com identidades trans no Cartão Nacional, os serviços de saúde passaram a contar também com um cartaz estimulando um atendimento acolhedor às travestis e transexuais. A ação é resultado da luta da categoria por um Sistema Único de Saúde (SUS) mais humanitário, transversal e que atenda os indivíduos sob a ótica dos direitos humanos, na avaliação de Fernanda Benvenutty, representante trans no Conselho Nacional de Saúde (CNS).

O desafio agora, de acordo com Benvenutty, é capacitar gestores e trabalhadores do SUS e das secretarias estaduais e municipais para atender melhor toda a população, especialmente a de travestis e transexuais. “Não vamos mais ficar escondidas por conta do preconceito social, embora ainda exista. O cartaz da campanha fala justamente sobre isso: sensibilizar as pessoas, mostrar que esse direito existe e que é preciso respeitá-lo”, pontua.



### **Quebre o silêncio!**

Aquelas pessoas que se sentirem ofendidas pelos atendimentos prestados por funcionários na rede de saúde podem ligar para o Disque Direitos Humanos, disque 100, e fazer uma denúncia. “Toda forma de discriminação precisa ser denunciada. As pessoas devem reclamar seus direitos enquanto portadoras de identidade e gênero feminino e/ou masculino”, enfatiza a presidente da Antra, Cris Stefanny.

# Laicidade ainda que tardia

**N**ão afirmamos oposição entre ciência e religiosidade. E a Psicologia, enquanto ciência e profissão, reconhece que o sagrado e a fé estão presentes na cultura e participam na constituição da dimensão subjetiva de cada um de nós.

Consideramos o respeito às diferenças e às liberdades de expressão de todas as formas de religiosidade, conforme garantidas na Constituição de 1988, um dever ético do profissional psicólogo. Assim, o exercício profissional mediante declarações de crenças religiosas e a imposição ao seu público configura-se desrespeito ao direito constitucional de liberdade de consciência e de crença.

O Código de Ética Profissional dos Psicólogos - construído a partir de múltiplos espaços de discussão, em todo o país - cita nos dois primeiros princípios fundamentais a necessidade de respeito à liberdade e a eliminação de quaisquer formas de discriminação, e no artigo 2º veda ao psicólogo a indução não só de convicções religiosas, mas também de convicções filosóficas, morais, ideológicas e de orientação sexual, compreendendo a complexidade do tema, no intuito de garantir o respeito às diferenças, aos direitos humanos e a afirmação dos princípios democráticos e constitucionais de um Estado laico.

Tomando para si a prática da normalização, alguns psicólogos são capturados pela engrenagem da máquina fundamentalista e reproduzem modelos que aprisionam e mortificam subjetividades. Negar-se a ocupar este lugar significa construir estratégias de resistência a estes dispositivos de controle, as quais abram caminhos para processos de singularização. Significa não apostar em psicologias do enquadramento, mas da invenção, da diferença e da diversidade de modos de existir.

Acreditamos, deste modo, na potência da coletivização da criação e na invenção de outras práticas que engendrem e potencializem novas subjetividades, fazendo emergir discursos e práticas diversos, mais potentes no sentido de desafiar e colocar em análise o controle social contemporâneo.

Somos contrários à reprodução de dispositivos de captura e de controle que instituem modelos de ser e de estar no mundo segundo padrões de normalidade (e de moralidade) produzidos como únicos e verdadeiros, inferiorizando e desqualificando os lugares ocupados pelos chamados diferentes, anormais, perigosos, aos quais são endereçados constantes monitoramentos, vigilâncias e tutelas.

A potência da prática do psicólogo, compromissada com a promoção de direitos humanos, está na problematização da violência e exclusão produzida na sociedade. Fundamentalismos produzem efeitos no mundo, que podemos (e precisamos) colocar em análise. Uma alternativa possível está no reconhecimento de nossa produção coletiva e do caráter

político de nossas práticas. Podemos construir outras direções para a prática do psicólogo, comprometida então com a ética, com a construção de escolhas autônomas, de modos singulares de existência e de coletivos potentes. Precisamos retirar a diversidade do plano da violência, pois a diferença configura-se como potência para reinventarmos o mundo e a nós mesmos.

**A potência da prática do psicólogo, compromissada com a promoção de direitos humanos, está na problematização da violência e exclusão produzidas na sociedade.**

**Pedro Paulo Gastalho de Bicalho**

*Professor do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro  
Coordenador da Comissão Nacional de Direitos Humanos do Conselho Federal de Psicologia*



# Revisão do Código Penal: uma análise crítica

A revisão do Código Penal Brasileiro tem sido alvo de discussão há algum tempo no Congresso Nacional. A versão do projeto que está sendo debatida agora foi elaborada por uma comissão de juristas e entregue em junho de 2012 ao Senado que, desde então, analisa a reforma da legislação vigente, aprovada em 1940.

No projeto de revisão, os juristas sugerem a inclusão de crimes ainda não previstos, como os cibernéticos, o *bullying* e o abandono de animais, além da revisão de temas considerados polêmicos, a exemplo do porte de drogas, do aborto e da eutanásia.

A Comissão Especial do Senado que examina a reforma do Código Penal faz reuniões mensais em Brasília e audiências públicas nos estados até julho de

2013. Segundo o relator da comissão, senador Pedro Taques (PDT-MT), o projeto deve estar pronto para ser votado no plenário do Senado até o fim deste ano. Depois, seguirá para a Câmara dos Deputados.

Para debater o assunto, o Jornal do Federal convidou a psicóloga judicial do Tribunal de Justiça de Minas Gerais e psicanalista (EBP/AMP), Fernanda Otoni, o presidente da Associação Juízes pela Democracia, José Henrique Torres e o advogado e professor do Instituto de Criminologia e Política Criminal (ICPC), Juarez Cirino, para traçarem uma análise de conjuntura sobre as alterações do Código Penal. Afinal, como a legislação irá refletir na sociedade? Quais poderão ser as repercussões



Fonte: Acervo Pessoal

“É preocupante que a resposta se sossegue na simplicidade mortífera do vigiar e punir”.

Fernanda Otoni, psicóloga judicial do Tribunal de Justiça de Minas Gerais e psicanalista (EBP/AMP)



Fonte: Acervo Pessoal

“O anteprojeto poderia ter feito uma reforma seletiva no sentido de selecionar e reduzir o direito penal”

Juarez Cirino, professor do Instituto de Criminologia e Política Criminal (ICPC)



Fonte: TJAM

“Não vamos acreditar nesta reforma que não é a revolução do que esperamos de um sistema penal”

José Henrique Torres, presidente da Associação Juízes pela Democracia

dessas alterações no futuro, caso o anteprojeto seja aprovado da forma como está?

### Avaliação geral do novo texto

**Fernanda Otoni:** Este projeto pretendeu uma atualização do Código, muito mais que sua reforma. A pretensão foi ampliar a cobertura do manto penal, alargando o espectro do controle e da punição. Criar novas categorias penais é um passo claro nessa direção: localizar, nomear, normatizar e punir. O dispositivo cresceu, os crimes aumentaram e engrossaram o seu glossário, mas, ao final, mostrou a que veio: maior controle e punição. Uma reforma ainda não será dessa vez. Se tirarmos o olhar dos detalhes que visam tímidos avanços e focarmos o conjunto da obra, de modo geral, o que está claro é que não alcançamos a redução do furor punitivo. E, se houve algum esforço de minimizá-lo, o resultado não o confirma – está longe disso.

**Juarez Cirino:** Em minha opinião, o projeto do Código Penal não precisava de uma mudança geral, as alterações pioraram o projeto. A inserção de alguns itens que estavam fora era necessária, mas nem todas as leis penais devem estar dentro da norma. Com isso, a comissão de reforma perdeu a oportunidade de descriminalização, abolição de crimes inconstitucionais, confusos, vagos e outros tipos penais que ninguém entende. Como o cidadão cumpre norma penal que não compreende? O sistema penal acabou por ampliar a criminalização porque a comissão acredita na pena como resposta para a questão criminal. Não é que o projeto não tenha coisas boas, mas elas acabaram ficando tão pequenas diante dos equívocos, que desapareceram. Faltou conhecimento jurídico penal para tratar de questões graves do crime e da pena.

**José Henrique Torres:** Essa proposta de mudança do Código Penal acaba prejudicando as conquistas anteriores. Evidente que houve intenção de avançar em uma reforma e minimizar o sistema penal, e entendo que a elaboração de uma lei depende de tendências e vontades de caminhar, mas neste caso existe um cabo de guerra em sentidos opostos. No dia a dia, na prática penal, queríamos que houvesse uma verdadeira reforma que rompesse com paradigmas repressivos proibicionistas, tornando o direito penal livre dessas amarras ideológicas. Os possíveis avanços acabaram

sendo frustrados por uma tendência criminalizadora que corre o risco de reforçar a criminalização. Acredito que estamos perdendo uma bela oportunidade de dar um passo transformador no sistema penal.

“Os possíveis avanços acabaram sendo frustrados por uma tendência criminalizadora que corre o risco de reforçar a criminalização. Acredito que estamos perdendo uma bela oportunidade de dar um passo transformador no sistema penal” – José Henrique Torres.

### Sobre o aborto

**FO:** O Estado é laico, por princípio constitucional. Contudo, no anteprojeto, o julgamento moral e religioso – que antes pesava na condenação da mulher que aborta – deslocou-se para o julgo da ciência. Será no gabinete do médico, do psicólogo (a) ou do assistente social, que ela deverá confessar suas razões, seu desejo de não levar adiante a gravidez que ainda não atingiu a 12ª semana, e aguardar pela sentença do consentimento ou da proibição. A resposta virá da ciência, do saber disciplinar. A lógica do exame é a mesma já denunciada por Foucault. Penso ser um direito das pessoas poder realizar qualquer intervenção cirúrgica, qualquer procedimento médico na segurança de estabelecimentos adequados, na presença de profissionais capacitados para garantir a saúde do cidadão. O texto da reforma nos esclarece que a direção pretendida pelo novo código segue o mapa da biopolítica. Isso é uma pena.

**JHT:** O projeto possui algumas transformações boas, como a descriminalização do aborto até a 12ª semana de gestação, desde que o médico ou psicólogo ateste que a mulher não tenha condições de arcar com a maternidade. Foi um bom passo? Sim, mas não como a gente queria, embora tenha sido ousado. Particularmente, gostaria de ver a totalidade da descriminalização porque estamos convictos de que criminalizar a questão não resolve o problema do aborto no Brasil. A maioria dos países democráticos está percebendo isso e legalizando essa ação.

**JC:** Concordo com José Henrique sobre o aborto. Hoje, ele é permitido apenas quando há risco de vida para



a mulher, causado pela gravidez, se ela resultar de um estupro ou se o bebê for anencéfalo. A última hipótese prevista no projeto é o aborto da gestante até o 12º mês da gestação. Antes de realizar o procedimento, a gestante vai falar com uma psicóloga e uma assistente social. As profissionais irão avaliar se é uma decisão da mãe e se não existe outra forma de resolver a questão. A mulher deve ter o direito de comparecer ao hospital e fazer o aborto de forma segura, com respaldo da legislação. Seria um avanço.

“Penso ser um direito das pessoas poder realizar qualquer intervenção cirúrgica, qualquer procedimento médico na segurança de estabelecimentos adequados, na presença de profissionais capacitados para garantir a saúde do cidadão” – Fernanda Otoni.

### Sobre as drogas ilícitas

**JC:** A criminalização da droga foi uma imposição dos Estados Unidos que, por meio da Organização das Nações Unidas (ONU), instaurou um modelo repressivo nas nações. Com isso, foi criado um problema insolúvel que criminaliza a droga e estabelece um grande comércio paralelo. Pesquisas apontam que, por ser ilegal, o valor da droga sobe de um para mil. Nesse contexto, o governo cria um grande negócio envolvendo os que produzem e os que comercializam, deixando que as pessoas disputem esse mercado na base da bala. Mais da metade do problema prisional brasileiro vem da criminalização da droga. Vale ressaltar que as drogas legais produzem muito mais mortes do que as ilegais. Cerca de 60% da violência social está relacionada ao consumo do álcool, enquanto as ilícitas representam 5%. É preciso acabar com essa paranoia e descriminalizar a produção e o comércio de drogas.

**JHT:** O impasse das drogas pode ser solucionado descriminalizando o consumo e o tráfico. Isso causaria menos danos à sociedade do que o consumo e venda de drogas na ilegalidade. Apesar de tímidos, seriam avanços. A comissão acabou se perdendo em outras propostas absurdas como a criminalização do *bullying* e o abandono de animais. São tendências criminalizadoras que estão inseridas no PL que acabam neutralizando outros tipos de

avanços na legislação penal.

**FO:** Anestesiando a angústia frente ao real mal estar da existência, de forma excessiva ou com moderação, também faz parte da história dos homens. Então por que manter as drogas no terreno obscuro das mercadorias ilícitas? Por que não tratarmos a questão de forma similar a das bebidas alcoólicas? Qual a diferença? Por que criminalizaram o uso? Sejamos claros: a guerra às drogas é um fracasso. Seu saldo se contabiliza na criminalização da pobreza, na privação da liberdade da juventude negra do nosso País e na mediocridade do debate sobre a abstinência. Precisamos abrir novas vias para dar tratamento a essa questão, criar e ampliar o acesso a políticas públicas não punitivas, investir em ações de redução dos danos. Criminalizar o usuário ou o vendedor apenas reitera o vício do Código Penal, a compulsão em punir, impelindo os atores concernidos a responder sempre do mesmo modo, distribuindo sentenças mortíferas aos corpos encaminhados ao cárcere.

### O QUE DIZ O PL

Art. 212. Importar, exportar, remeter, preparar, produzir, fabricar, adquirir, vender, expor à venda, oferecer, ter em depósito, transportar, trazer consigo, guardar, prescrever, ministrar, entregar a consumo ou fornecer drogas, ainda que gratuitamente, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar:

Pena – prisão, de cinco a quinze anos e pagamento de quinhentos a mil e quinhentos dias-multa.

### Eutanásia

**FO:** A morte, antes pertencida ao campo da religião, hoje é matéria da política. Isso é testemunho de que entramos em uma nova era, na qual a felicidade coletiva fica em segundo plano em detrimento do direito de cada um, sozinho. Ainda que esta seja uma matéria intrínseca à natureza humana, certo é que, quando essa questão alcança o debate público, divide a população. Quando a pulsão de morte é acionada, não há mais consenso.

Penso que estamos caminhando para uma legalização desse procedimento, estabelecendo seus meios e formas, soluções que parecerão sempre insuficientes diante das tensões que lhe são próprias. Só não entendo porque essa discussão devesse ser matéria do direito penal.

**JC:** A eutanásia deveria ser legalizada, afinal, não se trata de uma ajuda ativa, apenas passiva onde o paciente deseja morrer e o médico deixa de fornecer os medicamentos. A legislação alemã já permite isso, outros países europeus também. No entanto, defendo o procedimento desde que seja realizado com consentimento do paciente, especialmente no caso daqueles com doenças terminais. O Código Penal precisava ter uma disposição sobre esse tema.

**JHT:** Se o Código Penal fosse reformulado com temas envolvendo a eutanásia, aborto e drogas já seria algum progresso, mas junto com eles vieram novos assuntos que acabaram inviabilizando a eficácia do sistema penal brasileiro.

### Redução da idade penal

**JHT:** A redução da maioridade penal é uma questão que felizmente o projeto não muda. Temos uma Constituição que a estabelece como cláusula pétrea. A culpabilidade aos 18 anos é uma opção política, que chegou ao ponto de ser marcada com a imutabilidade constitucional. O problema não é perguntar se o adolescente não sabe o que está fazendo. É uma loucura acreditar que o legislador quando fez a norma não entendia essas questões subjetivas. Quando um sujeito faz 18 não passa a entender o que é crime instantaneamente. A menoridade penal não tem a ver com compreensão do fato, é uma política social criminal para enfrentamento de problemas. O sistema criminal não dá conta nem dos presos maiores de 18 anos. Quem se propõe a fazer uma reforma na legislação tem que levar em conta esse cenário. Tem muitas coisas em termos de políticas públicas, avanço social e distribuição de riqueza que precisam ser feitas para aprimorar o sistema penal. O grande problema é o enfrentamento dessa ideologia que o direito penal é solução para algo. O sistema criminal simboliza o fracasso da sociedade. Quanto mais rigoroso, mais reconhecemos que vacilamos no enfrentamento dessa situação.

**JC:** A menoridade penal não é muito bem compreendida quando é tratada na imprensa. Essa imagem de que não

há consequência para o jovem é equivocada. Como se eles fossem os grandes formadores da política criminal brasileira. A televisão dita os caminhos, com pressão sobre o poder Judiciário com uma vigilância capaz de formular política criminal brasileira. Se olharmos mais profundamente, vamos ver que o sistema penal tem cumprido uma função que manuais não destacam, que é de garantir uma sociedade desigual e injusta. A maior parte da população carcerária é formada por pessoas que moram em periferias, que são marginalizadas e excluídas socialmente.

**FO:** A resposta intervencionista do Estado para o controle dos corpos com menos de 18 anos ressurgiu [no discurso de setores da sociedade], porém de uma maneira caduca e fracassada. Para que colocar em discussão a menoridade penal se o controle dos jovens já é um projeto em execução? A internação tem sido a rainha das medidas socioeducativas, ou seja, grande parte dos jovens que respondem por esses procedimentos já experimentou a situação de privação de liberdade, desde os 12 anos. Tantos outros morrem assassinados antes de completar os 18 anos. O que se demanda, então, quando se conclama pelo rebaixamento da maioridade penal? É muito preocupante que a resposta se sossegue na simplicidade mortífera do vigiar e punir.

Sabemos que governar, educar e psicanalisar são tarefas impossíveis. Então, como podemos ler o momento atual à luz dessa orientação freudiana? Podemos enxergar que os atos fora da lei mostram que existe alguma coisa que não cessa e que não é obediente. Sabemos das consequências das escolhas forçadas da pulsão, da gramática do gozo próprio, no corpo e na vida de cada um. Não existem inocentes. Contudo, é nossa responsabilidade sustentar no debate público o impossível de curar. A pergunta que não vai calar é sobre a forma de resposta da sociedade frente à natureza do real sem lei, o mal que está na civilização, e a desordem incessante que está na base de seu fundamento. Não existe uma cidade asséptica, toda pretensão de realizá-la culminou em fazê-la deserta dos humanos.

### Para onde nos levará o novo Código Penal, se aprovado?

**FO:** Tomara que a norma não seja aprovada. Não acredito que tenha jeito de fazer um novo direito penal,



já que o princípio que o concerne será sempre o mesmo. Para avançar, penso que é preciso abrir as conversações entre as comunidades esclarecidas sobre o tema, com os diversos atores envolvidos, sem pressa em obter respostas. Talvez assim possamos escutar a enunciação de uma prática inédita, uma invenção à altura da urgência que pulsa da conjuntura atual e que nos exige novos posicionamentos. Podemos extrair alguma orientação das pragmáticas atuais que apostam em soluções de sociabilidade. Devemos dar lugar às orientações que brotam das contingências. Sobretudo, porque se esse projeto de código penal for aprovado, de antemão prevemos onde vamos chegar. Não haverá surpresa. Seremos levados ao mesmo lugar que hoje nos encontramos, pois a repetição segue sempre seu destino, sempre leva ao pior.

**JC:** A norma agrava as penas e cria obstáculos imensos para progressão de regime. Hoje, por exemplo, o condenado que vai cumprir pena em regime semiaberto após um sexto da pena. Se ele for reincidente, de acordo com o novo código, a progressão da pena se dará somente após um terço de cumprimento. Não tem explicação para atribuir à punição pela reincidência penal no anteprojeto do Código Penal, isso viola o princípio da culpabilidade. As penas devem ser proporcionais.

**JHT:** Falamos de três avanços tidos como razoáveis, embora não sejam as ideias. No entanto, temo que se todas as visões equivocadas das quais falamos aqui forem aprovadas, haja um enrijecimento da legislação e exatamente os pontos onde há avanços sejam rechaçados. Temos que discutir muito com a sociedade que o direito penal não é solução para males. Antes disso, ele pode reforçar problemas em itens como a questão do bullying e do abandono de animais. Não criminalizar essas condutas não significa aprová-las, mas inseri-las no direito penal, no sistema de criminalização e punição não leva a solução. Não podemos levar essa problemática para o direito penal da mesma forma com as drogas ou o aborto.

### Que outros caminhos seriam possíveis?

**FO:** Meus colegas de entrevistas indicaram para mim que, de fato, uma reforma do Código Penal deveria começar pela sua abolição. Penso que o tempo atual nos exige, urgentemente, frequentar e enfrentar o vazio da resposta penal, aguardando a contingência de uma invenção que leve em conta o laço social para além da segregação. Consideremos, então, uma

“Se olharmos mais profundamente, vamos ver que o sistema penal tem cumprido uma função que manuais não destacam, que é de garantir uma sociedade desigual e injusta. A maior parte da população carcerária é formada por pessoas que moram em periferias, que são marginalizadas e excluídas socialmente”

– Juarez Cirino.

ligação que não seja totalmente homogênea e respostas inéditas conforme a diversidade que concerne uma nação. Seria essa uma linha de pesquisa e práticas rumo a uma novidade real em condição de responder além da compulsão do controle e punição dos corpos.

**JC:** Espero que o legislador tenha um momento de consciência e não aprove esse código em junho. Não teremos vantagem alguma com isso, seria uma tragédia social. O que a comissão não percebeu é que poderia ter feito uma reforma seletiva no sentido de selecionar e reduzir o direito penal. Infrações de bagatela, crimes políticos com ação penal privada e pequenos crimes deveriam sair do Código. O PL não foi feito por professores de direito penal, não houve um especialista em política criminal. É um projeto que não tem salvação.

**JHT:** Precisamos buscar soluções por meio de políticas públicas transformadoras que enfrentem a injustiça social, a distribuição de rendas e o acesso social às terras e à saúde. Vemos o direito penal de forma simbólica, sabendo que o aumento da pena não vai resolver a questão da violência. Temos que discutir muito com a sociedade que o direito penal não é solução para males. Enquanto estamos preocupados com política de repressão, esquecemos dos direitos humanos e daqueles que têm sido esquecidos. Vemos todos os dias pessoas miseráveis à margem do sistema econômico social, mas voltamos os olhos para o direito penal.

*As entrevistas foram realizadas em duas etapas: José Henrique Torres e Juarez Cirino conversaram por telefone com a equipe do Jornal do Federal. Como não pode participar na data, Fernanda Otoni enviou considerações por escrito.*

# Prêmio Ditadura Civil-Militar e Repercussões sobre a Psicologia como Ciência e Profissão

Objetivo é estimular psicólogos (os) e estudantes a produzir artigos sobre o regime autoritário vivido pelos brasileiros de 1964 a 1985

“Escrever a história dos vencidos exige a aquisição de uma memória que não consta nos livros da história oficial (...), fazer emergir as esperanças não realizadas (no) passado e inscrever em nosso presente seu apelo por um futuro diferente”. As palavras do filósofo alemão Walter Benjamin traduzem bem o significado do Prêmio Ditadura Civil-Militar e Repercussões sobre a Psicologia como Ciência e Profissão, lançado pelo o Conselho Federal de Psicologia (CFP), em parceria com a Comissão Nacional de Direitos Humanos (CNDH) do Sistema Conselhos.

O prêmio tem o objetivo de estimular estudantes e psicólogos (os) para a produção de artigos a respeito do regime autoritário vivido de 1964 a 1985 no Brasil. As inscrições seguem até 20 de julho de 2013 e poderão ser feitas pelo site do prêmio: [www.premiodh.cfp.org.br](http://www.premiodh.cfp.org.br).

A expectativa é de que os artigos sejam elaborados visando resgatar a história para que esse tipo de violação não se repita. A coordenadora da iniciativa, a psicóloga Ângela Caniato,

vivenciou grande parte da ditadura e define aquele tempo como o maior período de violência contra indivíduos por conta de uma política repressora. “Enquanto psicóloga, digo que foi um período bárbaro porque acompanhei de perto, atendi presos políticos. Sei claramente o que significa um Estado ditatorial, ele simboliza um trauma psíquico por conta de uma violência física e simbólica”.

A repressão militar afetou mesmo quem não estava diretamente envolvido na militância. “Escondíamos livros, éramos vistoriados em aeroportos como se fôssemos terroristas. Foi um período de horror, no qual a maioria das violações aos direitos humanos foi feita de forma encoberta”, lembra Caniato.

Os artigos irão fornecer subsídios para que o psicólogo (a) pense permanentemente nas implicações de uma sociedade violenta na vida dos indivíduos. A iniciativa foi uma maneira encontrada pelo Conselho

Federal de Psicologia (CFP) para cooperar com o registro e a memória dos fatos, estimulando a produção de visões a partir do que é peculiar à profissão.

**“Tortura é uma das práticas mais perversas: é a submissão do sujeito ao lhe ser imposta a certeza da morte. Não uma morte qualquer: é a morte com sofrimento, a morte com muita agonia, é a morte que ocorre bem devagar, porque o desespero deve ser potencializado (...)” (Depoimento de um ex-presos político extraído do artigo Gênero, Militância, Tortura da psicóloga Cecília Coimbra).**



A psicóloga, membro da CNDH e integrante da Comissão Julgadora do prêmio, Maria Auxiliadora Arantes, acredita que iniciativa é uma exigência cidadã. “A ideia é criar um estímulo para que estudantes e profissionais reflitam sobre esse período. Mesmo que não o tenham vivido, a ideia é que possam trazer sua opinião sobre reflexos e repercussões na Psicologia e no desenvolvimento da cultura em nosso país”, afirma.

Auxiliadora já era psicóloga atuante em 1963, formada pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC/MG). Quando ocorreu o golpe militar, foi exilada para o Uruguai, onde permaneceu por dois anos. Ao retornar para o Brasil, foi presa e viveu clandestinamente lutando pela queda da ditadura. Só voltou a exercer a profissão em 1985, após o fim do regime autoritário. “As repercussões sobre esse período em mim e na minha família foram profundas. Ainda hoje descobrimos questões que ficaram atravessadas por essa clandestinidade e repressão no Brasil”, conta.

### **Memórias da repressão**

Quando o Golpe Militar estourou no Brasil, em 1964, a Psicologia era uma profissão nova, com apenas dois anos reconhecimento por meio da Lei 4.119/1962. Poucos psicólogos (as) estavam formados e atuantes no País. A psicóloga Cecília Coimbra, presidente do Grupo Tortura Nunca Mais, sentiu na pele os males da repressão. Ela foi presa em 1970, quando ainda era estudante de Psicologia, permanecendo no cárcere por três meses, onde foi torturada em razão da militância contra o regime instituído pelo governo.

De acordo com Cecília, o prêmio é importante para informar aos estudantes e profissionais sobre os que vivem ou viveram em silêncio todos esses anos e sobre o que, de fato, ocorreu entre 1964 e 1985. Naquele período, houve psicólogos (as) que iam visitar presos como se fossem amigos, para fazer terapia nas prisões de forma velada. “Eles corriam riscos e mesmo assim atendiam, sem querer saber a identidade das pessoas”, lembra.

Outra ação pouco conhecida, segundo ela, é a Revista Rádice – produzida por psicólogos entre 1976 e 1981. A publicação foi de grande importância intelectual e afetiva para a geração que, durante o período militar, graduava-se em Psicologia. O objetivo era levar aos leitores matérias sobre temas variados e polêmicos, entre eles a repressão política, tratamento desumano nos hospitais psiquiátricos e regulamentação da profissão.

Apesar disso, houve psicólogos (as) que caminharam de mãos dadas com a ditadura. “Alguns profissionais acompanhavam presos antes, durante e depois das torturas para saber até onde ia a resistência dos encarcerados”, conta Cecília. “Eles fizeram um perfil psicológico do [chamado] terrorista brasileiro. Aqueles que se colocavam contra o horror e o terror eram diagnosticados com problemas psicológicos”, completa.

O prêmio, na opinião da psicóloga Cecília Coimbra, servirá não só para a categoria, mas para a sociedade em geral. “Precisamos saber o que aconteceu, como aconteceu e quem são os possíveis responsáveis por esses atos hediondos”, considera. “Os horrores que vivi, por exemplo, são muito pouco conhecidos pela sociedade, a não ser por quem passou pelo mesmo drama”.

### **Detalhes da premiação**

Estudantes de Psicologia e psicólogas (os) cadastrados nos Conselhos Regionais de Psicologia (CRP) poderão participar do prêmio. Os artigos podem, ou não, ser resultantes de projeto de iniciação científica orientado por professor. Neste caso, será exigida a autoria conjunta com docente responsável.

Os trabalhos serão avaliados por uma Comissão Julgadora, que estabelecerá os critérios para a premiação e classificação dos artigos. Serão contemplados os três melhores trabalhos de psicólogas (os) e estudantes. O primeiro lugar de cada categoria receberá R\$ 5 mil, o segundo R\$ 4 mil e o terceiro R\$ 3 mil.

**Mais informações no site <http://www.premiodh.cfp.org.br>.**

# PePSIC está entre os melhores portais de artigos científicos do mundo

Portal ocupa a 35ª colocação do *Ranking Web of Repositories*

O Portal de Periódicos Eletrônicos de Psicologia (PePSIC - <http://pepsic.bvsalud.org>) está na lista dos melhores acervos eletrônicos do mundo, segundo o *Ranking Web of Repositories*. O portal ocupa a 35ª posição entre os 127 sites analisados pelo Webometrics, que afere a visibilidade da produção científica e acadêmica disponível na rede.

A estatística é uma iniciativa do Laboratório Cybermetrics, grupo de pesquisa pertencente ao *Consejo Superior de Investigaciones Científicas (CSIC)*, o maior organismo público de investigação da Espanha.

O PePSIC é uma fonte da Biblioteca Virtual em Saúde - Psicologia da União Latino-Americana de Entidades de Psicologia (BVS-Psi ULAPSI) e fruto da parceria entre Fórum de Entidades Nacionais da Psicologia Brasileira (FENPB), Biblioteca Dante Moreira Leite do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (IP/USP)

e do Centro Latino Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde (BIREME).

O objetivo do portal é contribuir para a visibilidade do conhecimento psicológico e científico gerado nos países da América Latina, a partir da publicação de revistas científicas com acesso livre. Originalmente desenvolvido para publicar as revistas científicas de Psicologia do Brasil, o PePSIC foi lançado oficialmente em 2005, sendo expandido para os demais países da América Latina no ano 2006. Atualmente, o portal publica títulos de 11 países e reúne o conteúdo de 93 periódicos científicos.

De acordo com a conselheira federal Ana Paula Noronha, o site é uma referência na divulgação científica pela qualidade do conteúdo e pelo acesso gratuito a ele. “Essa é a maior contribuição: trazer a informação de graça e quase em tempo real. Foi um

grande investimento da Psicologia brasileira”, avalia.

Estudante de doutorado em Psicologia da Universidade São Francisco, Karen Cristina Alves Lamas usa a PePSIC constantemente. “O portal pode colaborar muito, porque tem um grande número de artigos disponíveis, gratuitamente, tanto teóricos como pesquisas, que você aplica nas suas intervenções do dia a dia. Pode-se entrar em contato com os pesquisadores, é uma forma de descobrir quem pesquisa sobre aquele assunto, em qual universidade”, destacou.

## SciELO

O Sistema PePSIC de Publicação é o módulo de gestão editorial do portal de Periódicos Eletrônicos em Psicologia – PePSIC. Trata-se de um componente da Metodologia SciELO que utiliza o *Open Journal Systems* (<http://pkp.sfu.ca>) para gerenciar a publicação de periódicos eletrônicos.



# Psicologia ainda explora pouco as questões relativas à terra no país

As questões da terra são um campo pouco explorado na Psicologia. No entanto, isso está mudando, à medida em que a profissão torna-se mais presente no interior do país. Segundo o psicólogo e professor da Universidade do Rio Grande do Norte (UFRN), Jáder Ferreira, dos 230 mil psicólogos no Brasil, 48% já atuam em municípios de pequeno e médio porte. Além disso, dos 500 cursos de Psicologia existentes no País, 52% já estão em cidades do interior. Isso pode facilitar a conexão com populações do campo e o entendimento de suas peculiaridades e necessidades. Na opinião de Ferreira, os estudos feitos por psicólogas (os) sobre as comunidades do campo devem resgatar a memória e história desses povos, como afirmação de suas próprias origens.

O professor da UFRN destacou ainda que a atuação das (os) psicólogas (os) em questões relativas à terra não pode ocorrer de forma isolada. Segundo ele, as ruralidades implicam, necessariamente em “um debate com outras áreas de conhecimento como a Sociologia, a Antropologia, a Economia, com as Ciências Agrárias e, mais ainda, com os saberes tradicionais, com os saberes das populações que vivem nesses espaços”.

A atuação da Psicologia nas questões da terra foi tema do debate online “A questão da terra: os indignados e a contemporaneidade” realizado pelo Conselho Federal de Psicologia em fevereiro. Durante o debate, a psicóloga e professora da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG), Fabiana Campos, fez um relato histórico da questão da terra e destacou os casos de violência no campo. Para ela, as (os) psicólogas (os) podem atuar em questões que afligem os trabalhadores do campo, como a

**Questões que afligem os trabalhadores do campo, como a escravidão moderna e os transtornos mentais causados pelo uso excessivo de agrotóxicos nas lavouras, são temas de trabalho para psicólogas (os)**

escravidão moderna e os transtornos mentais causados pelo uso excessivo de agrotóxicos nas lavouras.

A violência no campo também foi lembrada pelo professor da Universidade de Brasília e relator do Direito Humano à Terra, ao Território e à Alimentação da Plataforma Dhesca Brasil, Sérgio Sauer. Segundo ele, as comunidades rurais (incluindo indígenas e quilombolas) sofrem tanto com a violência física quanto com a “violência simbólica”, que pode levar à negação das identidades.

Lembrando casos de violações de direitos humanos no campo, como o massacre de Eldorado de Carajás, no Pará, e os conflitos em Corumbiara, em Rondônia, ele defendeu que a atuação contra a violência e a produção do conhecimento são essenciais para a discussão das questões da terra no País.

## Consulta pública

O debate online fez parte do lançamento do documento de referência do Crepop

“Propostas de Atuação da Psicologia no Campo das Políticas Públicas Relativas à Questão da Terra”, produzido por especialistas a partir das contribuições da categoria. O documento esteve em consulta pública até 15 de abril.

Para a conselheira Roseli Goffman, que mediu o debate transmitido pela internet, o objetivo da consulta pública foi trazer contribuições e ampliar a participação das (os) psicólogas (os). Ela também citou as ações que o CFP vem realizando com movimentos sociais do campo, como as mobilizações em torno das demarcações das terras indígenas, da Aldeia Maracanã (Rio de Janeiro) e dos Guarani-Kaiowá (Mato Grosso do Sul); e em outros temas como a reforma agrária. “Nosso objetivo é refletir como psicólogos e psicólogas podem contribuir na produção da subjetividade, articulada com a questão da terra”, ressaltou.

# Crepop lança publicação sobre os Caps durante seminário de Políticas Públicas, em Fortaleza

Até julho, devem ser lançadas outras seis publicações sobre temas que vão da violência contra a mulher à questão da terra

Uma análise sobre a atuação das psicólogas (os) nos Centros de Atenção Psicossocial (Caps) pelo Brasil. Este será o assunto da publicação do Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (Crepop) lançada durante o VII Seminário Nacional de Psicologia e Políticas Públicas e o VIII Congresso Norte-Nordeste de Psicologia (Conpsi), no início de maio, em Fortaleza (CE). O documento, intitulado “Referências Técnicas para prática de psicólogas (os) no Centro de Atenção Psicossocial (Caps)”, é resultado de consulta pública realizada pelo Crepop em 2012, que teve a participação de 338 psicólogos e gestores da área.

A psicóloga Rosemeire Aparecida, representante do CFP no Conselho Nacional de Saúde, avalia que a pesquisa conseguiu captar a diversidade de situações nos processos de implantação da reforma psiquiátrica. Estes processos, segundo ela, são sempre marcados pela conjuntura local, que determina não apenas as condições de funcionamento e estrutura, mas também as perspectivas sobre serviços, abordagens e a concepção sobre modos de tratar o sofrimento psíquico.

O documento traz expectativas e demandas dos psicólogos que atuam nestes serviços. Aponta fragilidades no modelo e a necessidade de formação para garantir um novo posicionamento frente à clínica no serviço público. “Neste sentido, mais que orientações técnicas do tipo como fazer, o documento buscou sistematizar o percurso histórico da construção da política, as condições de

possibilidade de sua implantação e subsídios éticos para a intervenção profissional”, analisa a psicóloga.

A pesquisa do Crepop enfocou Caps de nível I, II e III (leia mais sobre os Caps no quadro ilustrativo). Definiu-se o recorte nesses Caps por serem serviços estratégicos ao processo de desconstrução do hospital psiquiátrico. “Não nos ativemos aos Caps e AD por serem dispositivos que seguem os mesmos princípios dos outros Caps, porém, atendem a públicos específicos: crianças e adolescentes (Capsi) e usuários de álcool e outras drogas (AD). Estas duas políticas terão documentos de orientação próprios, posteriormente”, esclarece Rosemeire Aparecida. Ainda em 2013, o Crepop deve abrir consulta pública sobre referências técnicas para atuação das (os) psicólogas (os) no Caps AD.

A integrante do Crepop do Conselho Regional de Psicologia do Distrito Federal (CRP 01), Renata Farret, que fez parte da condução inicial da pesquisa, em 2007, afirma que desde então a participação de psicólogas nos Caps foi ampliada. “O quadro das condições de trabalho melhorou com a realização de concursos públicos e, conseqüentemente, com o aumento do número de profissionais.” Porém, ela adverte que esse acréscimo ainda é incipiente perante a demanda de atendimentos, mesmo cinco anos após a realização da pesquisa. “Psicólogas nos trouxeram que ainda persistem problemas como a falta de espaço físico nos Caps. Muitos profissionais não têm salas individuais ou de grupo para realizar seus trabalhos”, pondera.

## Segundo dados atualizados do Ministério da Saúde, existem hoje no Brasil 1742 Caps:

 **822**  
Caps I

 **431**  
Caps II

 **63**  
Caps III

 **272**  
Caps AD

 **149**  
Capsi

 **5**  
Caps AD III

### Saiba mais:

Os Centros de Atenção Psicossocial – Caps são instituições destinadas a acolher pessoas com sofrimento psíquico grave e persistente, estimulando sua integração social e familiar, apoiando-os em suas iniciativas de busca da autonomia. Apresenta como característica principal a busca da integração dos usuários a um ambiente social e cultural concreto, designado como seu território, o espaço da cidade onde se desenvolve a vida cotidiana de usuários e familiares, promovendo sua reabilitação psicossocial. Tem como preceito fundamental ajudar o usuário a retomar sua presença em espaços públicos e coletivos – tais como moradia, trabalho, família.

A atual política prevê a implantação de diferentes tipos de Caps:

**Caps I** - municípios com população de 20 mil até 70 mil habitantes.

**Caps II** - 70 mil a 200 mil habitantes.

**Caps III** – população acima de 200 mil habitantes.

### **Caps AD são serviços especializados para usuários de álcool e outras drogas :**

**Caps AD** – em municípios de 70 mil a 200 mil habitantes.

**Caps AD III** – acima de 200 mil habitantes.

### **Crianças e adolescentes**

**Caps i** - Serviço especializado para crianças, adolescentes e jovens (até 25 anos), em municípios com população acima de 200 mil habitantes.

*Fonte: Referências Técnicas para a Prática de Psicólogas (os) no Centro de Atenção Psicossocial – Caps.*

### Mais publicações

Conheça as publicações mais recentes no Crepop. Todas elas estão disponíveis em <http://Crepop.pol.org.br>.

- **(NOVO!)** Referências técnicas para a prática de psicólogas(os) no Centro de Referência Especializado da Assistência Social (Creas)
- **(NOVO!)** Referências técnicas para a Prática de psicólogas (os) na Educação Básica
- Documento de referência técnica sobre a atuação de psicólogas (os) no Sistema Prisional
- Documento de referência técnica sobre a atuação de psicólogas (os) em Programas de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto

# Agenda para 2013

Em 2013, a Associação Brasileira de Ensino de Psicologia (Abep) dará continuidade às ações para garantir o avanço e a contínua qualificação do ensino e da formação em Psicologia no Brasil e na América Latina. O objetivo é contribuir para transformações individuais e sociais, a promoção de justiça, a garantia de direitos humanos, o respeito à diversidade e às diferenças.

As ações incluem a realização e participação em eventos. Saiba mais sobre alguns deles. Participe!

- **O XV Encontro Nacional da Abep** acontecerá na cidade de Curitiba (PR), de 5 a 7 de setembro de 2013. O Encontro Nacional é o órgão máximo de deliberação da Abep, que acontece de dois em dois anos. Como entidade interlocutora do debate da formação e ensino da Psicologia, a Abep pretende trazer, para seu XV Encontro, protagonistas diversos, envolvidos com as políticas e as ações relacionadas à formação. Desta forma, será possível agregar discussões de temas e demandas emergentes pautadas no dia-a-dia do processo do ensino e da formação em Psicologia. O evento será oportunidade para a troca de experiências e de diálogo sobre questões como processos de implantação das novas diretrizes curriculares e licenciatura; processos de avaliação dos cursos de Psicologia de acordo com as políticas do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinae), e em especial os procedimentos de elaboração do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade); discussões sobre a interlocução entre a formação e a atuação do psicólogo nas políticas públicas, incluída a concepção de Direitos Humanos; a laicidade da Psicologia; serviços-escola e estágios supervisionados; entre outras temáticas. O encontro contará ainda com reuniões de trabalho de coordenadores de curso e professores com os coordenadores dos núcleos regionais da Abep e reunião de Diretoria. Ao final, será realizada a Assembleia Geral.
- **II Congresso da Associação Latino Americana** para a Formação e o Ensino em Psicologia - Alfepsi – “Construindo uma Psicologia Comprometida com a América Latina” – 23 a 26 de outubro de 2013,

na Universidad Del Bio-Bio Concepción, no Chile. O objetivo é somar conhecimentos durante os debates e reflexões rumo à construção de uma Psicologia comprometida com as culturas, demandas e urgências sociais dos povos da América Latina. A Abep participa da comissão de organização.

## 7ª Edição do Prêmio Silvia Lane

A Abep lança a 7ª edição do Prêmio Silvia Lane. Ao longo dos anos, o Prêmio consolidou-se como espaço para a divulgação do conhecimento produzido nos cursos de graduação pelas diferentes áreas da Psicologia e de experiências vivenciadas pelos acadêmicos nos estágios curriculares, nas diversas regiões do país. Esse tem sido um espaço de visibilidade aos processos de produção de conhecimentos e práticas que caminham na direção do compromisso social da Psicologia com a promoção do bem comum e com a coletividade, defensora dos direitos humanos e de políticas públicas que possibilitem o pleno exercício da cidadania.

O prêmio é uma justa homenagem à professora Silvia Lane por sua história de luta na construção de uma Psicologia que contemple os sujeitos, suas histórias, suas ações na transformação da sociedade e os contextos sociais.

As inscrições para o Prêmio Silvia Lane poderão ser feitas a partir de 15/04, em duas categorias: Trabalho de Conclusão e Relatório de Estágio dos cursos de graduação de psicólogas (os) formados em 2011 e 2012. As informações e regulamento estão disponíveis em <http://www.abepsi.org.br>

# Processos Éticos

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL  
CFP N.º 1661/12- ORIGEM: CRP-06  
ARQUIVAMENTO

EMENTA – Processo Ético Profissional. Recurso contra decisão do Conselho Regional da 06ª região que decidiu arquivar o processo ético. Decisão mantida.

DECISÃO CRP: Arquivamento;  
DECISÃO CFP: Arquivamento;  
DATA DO JULGAMENTO: 31/01/2013  
PRESIDENTE DA SESSÃO: HUMBERTO COTA VERONA  
RELATORA: TANIA SUELY AZEVEDO BRASILEIRO

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL  
CFP N.º 1654/12- ORIGEM: CRP-08  
SUSPENSÃO DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL

EMENTA – Processo Ético Profissional. Recurso contra decisão do Conselho Regional da 08ª região que decidiu aplicar a pena de cassação do exercício profissional. Decisão reformada.

DECISÃO CRP: Cassação do Exercício Profissional;  
DECISÃO CFP: Suspensão do Exercício Profissional;  
DATA DO JULGAMENTO: 22/03/2013  
PRESIDENTE DA SESSÃO: HUMBERTO COTA VERONA  
RELATORA: MARILDA CASTELAR  
REVISORA: ANA LUIZA DE SOUZA CASTRO

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL  
CFP N.º 1404/12- ORIGEM: CRP-05  
ARQUIVAMENTO

EMENTA – Processo Ético Profissional. Recurso contra decisão do Conselho Regional da 05ª região que decidiu arquivar o processo ético. Decisão mantida.

DECISÃO CRP: Arquivamento;  
DECISÃO CFP: Arquivamento;  
DATA DO JULGAMENTO: 31/01/2013  
PRESIDENTE DA SESSÃO: MONALISA NASCIMENTO DOS SANTOS BARROS  
RELATORA: ADRIANA EIKO MATSUMOTO

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL  
CFP N.º 1835/12- ORIGEM: CRP-06  
CASSAÇÃO DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL

EMENTA – Processo Ético Profissional. Recurso contra decisão do Conselho Regional da 06ª região que decidiu aplicar a pena de cassação do exercício profissional. Decisão mantida.

DECISÃO CRP: Cassação do Exercício Profissional;  
DECISÃO CFP: Cassação do Exercício Profissional;  
DATA DO JULGAMENTO: 22/03/2013  
PRESIDENTE DA SESSÃO: HUMBERTO COTA VERONA  
RELATORA: ROSELI GOFFMAN



## Fique Legal!

Prazo para ficar em dia com seu Regional foi prorrogado para 27 de agosto

O prazo para ficar em dia com o seu Regional foi prorrogado. A regularização das anuidades em atraso com liberação de juros ou multas pode ser feita até o dia 27 de agosto de 2013.

Neste ano eleitoral, as (os) psicólogas (os) precisam estar em dia com as anuidades dos exercícios anteriores para ter direito ao voto.

Para ser psicóloga (o) no Brasil é preciso ter diploma de graduação em Psicologia e estar regular em seu Conselho Regional. Visite a página do seu CRP na internet e saiba como sua contribuição é importante para o fortalecimento da profissão.

**Fique em dia com a Psicologia, procure o seu Regional e saiba como regularizar sua situação.**



# Agenda

## **I Congresso de Psicologia Organizacional e do Trabalho do Delta do Parnaíba Educação e Trabalho: tradições, desafios e avanços no nordeste brasileiro**

Data: 29/05/2013 - 01/06/2013  
E-mail: potparnaiba2012@gmail.com  
Site: potparnaiba.webnode.com

## **XIII Congresso Brasileiro e XVIII Encontro Paranaense de Psicoterapias Corporais**

Data: 30/05/2013 - 01/06/2013  
E-mail: centroreichiano@centroreichiano.com.br  
Site: www.centroreichiano.com.br  
Telefone: (41) 3263-4895  
Local: Curitiba/PR

## **I Congresso Brasileiro em Saúde Mental e Dependência Química**

Data: 12/06/2013- 14/06/2013  
Site: www.cchla.ufpb.br/congressosmdq  
E-mail: cbsmdq@cchla.ufpb.br  
Local: Universidade Federal da Paraíba( UFPB/CCHLA), PB

## **Mini-curso: “Fundamentos da Terapia de Curta Duração na Abordagem Gestáltica”**

Data: 14 -15/06/2013 14:00  
E-mail: igsp@gestaltsp.com.br  
Site: www.gestaltsp.com.br  
Telefone: (11) 3849-1983  
Local: São Paulo, SP

## **XXXIV Congresso Interamericano de Psicologia**

Data: 15 - 19/07/2013  
Site: www.sip2013.org  
Local: Brasília - DF

## **7th World Congress of behavioral & Cognitive therapies**

Data: 22-25/07/2013  
E-mail: carzeg@uol.com.br  
Site: http://www.wcbct2013.pe/site/pt/bem-vindo.html  
Telefone: (11) 3666-5421

## **Arteterapia Gestáltica para Psicoterapeutas**

Data: 23-25/08/2013  
E-mail: igsp@gestaltsp.com.br  
Site: www.gestaltsp.com.br  
Telefone: (11) 3842-8939  
Local: São Paulo, SP

## **Workshop – “A Dança de Cada um: Conscientização Através do Movimento”**

Data: 24/08/2013  
E-mail: igsp@gestaltsp.com.br  
Site: www.gestaltsp.com.br  
Telefone: (11) 3842-8939  
Local: São Paulo, SP

## **Curso de Formação em Psicanálise**

Data: 12/09/2013  
E-mail: cep@centropsicanalise.com.br  
Site: www.centropsicanalise.com.br  
Telefone: 3864-2330 / 3865-0017  
Local: São Paulo - SP

## **Mini-curso: “A Clínica da Sexualidade e a Sexualidade na Clínica”**

Data: 21/09/2013  
E-mail: igsp@gestaltsp.com.br  
Site: www.gestaltsp.com.br  
Local: São Paulo, SP

## **I Congresso Latinoamericano de Psicologia Rural, I Congresso de Psicologia Rural do MERCOSUR, I Jornadas Nacionais de Psicologia Rural**

Data: 09 - 11/10/2013  
E-mail: psicologiarural@ucp.edu.ar  
Site: http://ucp.edu.ar/psicologiarural

## **2° Congreso ALFEPsi: Construyendo una Psicología comprometida con América Latina**

Data: 23 - 26/10/2013  
E-mail: alfepsi@psicolatina.org  
Site: http://congresoalfepsi.org/  
Telefone: +56 (041) 3111241 e +56 (042) 463040  
Local: Concepción, Chile

### **Psicóloga/o:**

Para receber os boletins do CFP, cadastre seu email em [www.cfp.org.br](http://www.cfp.org.br)